



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LARISSA DA SILVA CARVALHO

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: UM OLHAR
SOBRE OS INDÍGENAS DA UFOPA ORIUNDOS DE JACAREACANGA-PA.**

SANTARÉM - PARÁ
2021

LARISSA DA SILVA CARVALHO

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: UM OLHAR
SOBRE OS INDÍGENAS DA UFOPA ORIUNDOS DE JACAREACANGA-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel.
Orientadora Prof^ª. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama.

**SANTARÉM - PARÁ
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No 26 de agosto de dois mil e vinte e um, às nove horas e cinco minutos, realizou-se a Defesa Pública *on-line*, por meio da plataforma Zoom (link: <https://us02web.zoom.us/j/82829127650?pwd=QklsSmlrF5YrpFNXEsMHZQMUJlOdlHc5dzd09>), da Monografia da acadêmica Larissa da Silva Carvalho matrícula: : 201600149, intitulada *Avanços e Desafios da Educação Superior Indígena: um olhar sobre os indígenas da Ufopa Oriundos de Jacareacanga – Pa*, sob orientação da Professora, Dra. Antonia do Socorro Pena da Gama que compôs a banca examinadora com os professores Profª Dra. Beatriz Martins Moura e Ms. Kena Azevedo Chaves. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o(a) discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota nove ponto cinco. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Antonia do Socorro Pena da Gama, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

| | |
|--|-----------------|
| Profª Dra. Antonia do Socorro Pena da Gama | Orientador(a) |
| Ms. Kena Azevedo Chaves | Membro da banca |
| Profª Dra. Beatriz Martins Moura | Membro da banca |
| Larissa da Silva Carvalho | Discente |

ANTONIO DO SOCORRO PENA DA GAMA

Beatriz Martins Moura

Larissa da Silva Carvalho

LARISSA DA SILVA CARVALHO

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: UM OLHAR
SOBRE OS INDÍGENAS DA UFOPA ORIUNDOS DE JACAREACANGA-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade – ICS, do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA como requisito para obtenção de grau de Bacharel.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Antônia do Socorro Pena da Gama.

Conceito:

Data de Aprovação:

Prof.^a. Dra. Antonia do Socorro Pena da Gama – Orientadora
(PCEDR/UFOPA)

Prof.^a Ms. Kena Azevedo Chaves
(UNESP/Rio Claro)

Prof. Dra. Beatriz Martins Moura
(PCEDR/UFOPA)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

C331a Carvalho, Larissa da Silva
 Avanços e desafios da educação superior indígena: um olhar sobre os indígenas da UFOPA oriundos de Jacareacanga-Pa. / Larissa da Silva Carvalho – Santarém, 2021.
 64 p. : il.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Antônia do Socorro Pena da Gama
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. educação superior. 2. indígena. 3. participação. I. Gama, Antônia do Socorro Pena da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 379.26098115

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566

Dedico este trabalho a Deus, a minha família e ao curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que iluminou meu caminho e me deu forças para superar todas as dificuldades, e por estar sempre ao meu lado.

Aos meus pais, Francisca Pereira e Josué Carvalho por todo amor, incentivo e apoio incondicional durante todos esses anos.

Aos meus familiares, de sangue e os de coração, por todo carinho, apoio e amor que recebi durante os anos de minha vida.

Aos meus irmãos, Lenara Carvalho, Harrison Carvalho, Francisco Pereira e, também minha cunhada Sandra Silva que compartilham comigo as melhores lembranças, por acreditarem em mim e sonharem comigo.

Aos amigos, do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA, Glauber Julian, Lorene Azevedo, Érika Lima, Ingrid Silva, Edilmar Quaresma, José Galdino, Jamisson Menezes, Hudson Silva e tantos outros que me incentivaram a continuar nesta jornada.

A minha orientadora, Prof.^a. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama e a minha Co-orientadora Prof.^a. Me. Évani Larisse dos Santos pela paciência, dedicação e por ter me dado todo o suporte na realização deste trabalho.

A todas as pessoas, que de alguma forma contribuíram em minha formação.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo” (Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho retrata o tema Avanços e Desafios da Educação Superior Indígena com um olhar sobre alunos e alunas indígenas da UFOPA oriundos do município de Jacareacanga - Pará, a presença dos indígenas no ensino superior aumentou significativamente após a implementação pelo governo estadual e federal de políticas de ações afirmativas, tais políticas são resultado das lutas destes povos. Este trabalho tem como objetivo investigar e identificar os principais avanços e desafios, vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA e quais são as suas perspectivas futuras a partir de sua formação profissional/acadêmica porque entendemos que eles podem contribuir com suas aldeias fora dela, por exemplo, na participação política partidária ou em movimentos sociais. A metodologia para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa exploratória, através dos seguintes métodos: bibliográfico, documental e entrevista com aplicação de questionários via plataforma digital. Esse estudo busca mostrar, a importância dos indígenas de Jacareacanga e a possibilidade de contribuir para o crescimento cultural e, também econômico do município através da ocupação em algum órgão público ou através da participação política partidária.

Palavras-chave: Educação Superior, Indígena, Participação.

ABSTRACT

The present work portrays the theme Advances and Challenges of Indigenous Higher Education with a look at UFOPA indigenous people from the municipality of Jacareacanga - Pará, the presence of indigenous people in higher education increased significantly after the implementation by the state and federal government of action policies affirmative, such policies are the result of the struggles of these peoples. With this principle in mind, this work aims to investigate and identify the main advances and challenges experienced by indigenous scholars from UFOPA and what are their future perspectives from their professional / academic training because we understand that they can contribute to their villages outside of it, for example, in political party participation or in social movements. The methodological steps to achieve the proposed objectives, a research classified as exploratory was carried out, the research also used the following methods: bibliographic, documentary and interview by digital platform. The research shows the importance of the Jacareacanga indigenous people and the possibility of contributing to the cultural and, also economic growth of the municipality through occupation in some public agency or through political party participation.

Keywords: Higher Education; Indigenous; Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Relação do problema de pesquisa com os objetivos e a metodologia aplicada..... | 13 |
| Tabela 1 - Evolução do número de vagas destinadas aos indígenas no PSE (2013 – 2020).... | 36 |
| Figura 1: Mapa de Localização de Jacareacanga no estado do Pará. | 41 |
| Tabela 2 - Perfil dos colaboradores | 46 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFI – Centro de Formação Interdisciplinar
Dain – Diretório Acadêmico Indígena
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FBI – Formação Básica Indígena
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PAAIS – Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social
PCE/CREDUC – Programa de Crédito Educativo
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
Pnaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil
Proges – Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSE – Processo Seletivo Especial
PSEI – Processo Seletivo Especial Indígena
PSR - Processo Seletivo Regular
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMAI – Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas
TI - Terra Indígena
TIM - Terra Indígena Munduruku
UDF – Universidade do Distrito Federal
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 1 - Introdução..... | 10 |
| Capítulo 2 - Construção Metodológica | 13 |
| 2.1 Coleta de Dados | 15 |
| Capítulo 3 - Educação Superior Indígena no Brasil..... | 18 |
| 3.1 Histórico da Educação Superior no Brasil..... | 18 |
| 3.2 Legislação da Educação Superior Indígena no Brasil..... | 22 |
| 3.3 Panorama Geral sobre o ensino superior indígena no Brasil..... | 24 |
| 3.4 Políticas Públicas de Inclusão de Indígenas no Ensino Superior | 25 |
| 3.5 O acesso de estudantes indígenas em Universidades no Brasil | 28 |
| Capítulo 4 - Políticas de Ações Afirmativas para Estudantes Indígenas da Ufopa..... | 31 |
| 4.1 Histórico da Ufopa..... | 33 |
| 4.2 Processo Seletivo Especial Indígena..... | 34 |
| 4.2.1 Formação Básica Indígena | 37 |
| 4.2.2 Auxílio para Indígenas..... | 37 |
| Capítulo 5 - Avanços e Desafios dos Estudantes Indígenas da Ufopa Oriundos de Jacareacanga-Pa | 40 |
| 5.1 Histórico de Jacareacanga-PA. | 40 |
| 5.2 Povos Indígenas de Jacareacanga-PA. | 41 |
| 5.3 Mercado de Trabalho para Indígenas de Jacareacanga-PA. | 44 |
| Capítulo 6 – Resultados E Discussão | 46 |
| 6.1 Entrevista 1 | 47 |
| 6.2 Entrevista 2 | 48 |
| 6.3 Entrevista 3 | 49 |
| 6.4 Entrevista 4 | 50 |
| 6.5 Entrevista 5 | 51 |
| 6.6 Entrevista 6 | 51 |
| 6.7 Entrevista 7 | 52 |

| | |
|--|-----------|
| 6.8 Entrevista 8 | 52 |
| Capítulo 7 – Considerações Finais | 54 |
| REFERÊNCIAS | 55 |
| APÊNDICE A | 58 |
| APÊNDICE B..... | 59 |

Capítulo 1 - Introdução

A presença de indígenas nas Instituições de Ensino Superior (IES) aumentou significativamente após a política implementada pelos governos estadual e federal, como políticas de acesso ao ensino superior público. Essas políticas têm início no ensino básico diferenciado, que foi estruturado através de três momentos fundamentais.

O primeiro foi a aprovação da Constituição de 1988, quando o Estado reconhece os indígenas como sujeito de seus próprios direitos. O segundo, em 1991 quando a responsabilidade da educação passa para o Ministério da Educação (MEC), o que antes era função da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que passa a contribuir na política educacional junto aos povos indígenas. O terceiro e último momento é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, que reconhece o processo educacional específico para os indígenas.

As políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são resultado da luta destes povos na busca por conhecimentos que possam contribuir na defesa e conquista de direitos e melhorias das condições de vida das suas comunidades.

A pesquisa foi realizada com acadêmicos e acadêmicas indígenas oriundos do município de Jacareacanga-PA, localizado no sudoeste do estado do Pará. Os indígenas da etnia Munduruku são predominantemente a maioria da população que habita essa região. No que diz respeito a educação desses povos, nota-se que o aumento na procura por formação acadêmica entre os indígenas, deve-se a necessidade de formar profissionais qualificados e inseridos em contextos políticos e socioculturais e que ainda colaborem com a luta pela conquista da autonomia e da sustentabilidade de seu povo. Surge então o interesse sobre o que os indígenas do município de Jacareacanga pretendem realizar após a conclusão de seus cursos, se existe a possibilidade de retorno para suas aldeias de origem ou se continuarão na cidade.

Espera-se com este estudo, conhecer um pouco da educação superior indígena no Brasil e da realidade dos povos indígenas do município de Jacareacanga-PA egressos da UFOPA, partindo dos princípios teóricos e científicos, respeitando a cultura, a história e a luta destes povos.

O interesse pelo tema surgiu através da experiência no ensino médio como moradora de Jacareacanga e, posteriormente durante a graduação convivendo com alunos indígenas, onde pode-se observar a dificuldade no meio acadêmico em diversos aspectos, como: a comunicação, interpretação, convivência com o novo meio cultural, entre outros. Sendo assim, após reflexões pessoais surgiu a oportunidade de realizar um estudo com esse grupo.

Neste contexto, houve a possibilidade de um aprofundamento na temática da educação superior indígena e uma possível contribuição às Leis e Decretos sobre a Educação Superior Indígena já existentes, que também poderá contribuir para o município de Jacareacanga, no que se refere a implementação de políticas públicas voltadas para a educação no incentivo ao ingresso futuro dos indígenas oriundos do município na Universidade Federal do Oeste do Pará que poderá beneficiar futuramente a sua comunidade de origem.

A educação superior indígena vem ganhando espaço e reconhecimento ao longo dos anos, porém vemos variados pontos que ainda necessitam ser trabalhados uma vez que essa educação traz uma série de barreiras, como o preconceito, a dificuldade de comunicação e outros. Frente ao direito à educação garantido e o aumento progressivo de indígenas no ensino superior, questiona-se “Quais os principais avanços e desafios vivenciados por acadêmicos indígenas egressos da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) oriundos de Jacareacanga-PA e suas perspectivas futuras a partir de sua formação profissional porque entende-se que eles podem contribuir com suas aldeias.

A partir da definição da problemática deste estudo, tem-se como objetivo geral investigar e identificar os principais avanços e desafios vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos de Jacareacanga-PA, é possível definir como objetivos específicos: a) Descrever a política nacional de educação superior indígena no Brasil; b) Apresentar as políticas de ações afirmativas para alunos indígenas da UFOPA; c) Identificar os avanços e os desafios vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos do município de Jacareacanga-PA; d) Indicar as perspectivas futuras dos acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos município de Jacareacanga a partir de sua formação profissional/acadêmica.

O estudo está dividido em 05 (cinco) seções: O Capítulo 1 corresponde à Construção Metodológica, onde ocorre a descrição dos aportes metodológicos da pesquisa abordando o tipo e o contexto da pesquisa, procedimentos de análise dos dados e o número de entrevistados. Já no Capítulo 2, apresenta as políticas para a educação superior indígena no Brasil, onde serão utilizados os referenciais teóricos da pesquisa. O Capítulo 3, aborda o Processo Seletivo Especial Indígena destinado a estudantes, o meio de seleção e ingresso, as políticas que são adotadas para a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico. No Capítulo 4, é apresentado os principais avanços e desafios vivenciados pelos acadêmicos indígenas egressos da UFOPA oriundos de Jacareacanga, o histórico do município de Jacareacanga, a localização, a estrutura administrativa, a organização social e os modos de vida. Por fim, no capítulo 5 foram mencionados os resultados dos questionários aplicados via plataforma digital, as considerações finais de forma sucinta e as possíveis contribuições adquiridas através da pesquisa.

Os passos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos, foram a pesquisa exploratória, que utilizou os seguintes métodos: bibliográfico, documental e entrevista com aplicação de questionários por aplicativo online. Sendo assim, no capítulo seguinte será exposto todo o processo de construção metodológica desta pesquisa.

Capítulo 2 - Construção Metodológica

A proposta metodológica desta pesquisa tem o foco de alcançar os objetivos propostos, assim como responder às questões levantadas neste estudo. Neste capítulo serão apresentados os métodos utilizados na pesquisa, os instrumentos para a coleta de dados e a forma como os resultados da pesquisa foram analisados.

O quadro 1 demonstra os materiais e métodos utilizados na pesquisa a partir do problema e dos objetivos da pesquisa.

Quadro 1: Relação do problema de pesquisa com os objetivos e a metodologia aplicada

| PROBLEMA DE PESQUISA | OBJETIVO GERAL | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | MÉTODOS DE PESQUISA/TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS |
|--|---|--|--|
| Quais os principais avanços e desafios vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos do município de Jacareacanga-PA e suas perspectivas futuras a partir de sua formação profissional? | Investigar e identificar os principais avanços e desafios vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos do município de Jacareacanga-PA e suas perspectivas futuras a partir de sua formação profissional. | 1- Conhecer a política nacional de educação superior indígena no Brasil | Pesquisa Bibliográfica e Documental |
| | | 2- Descrever as políticas de ações afirmativas para alunos indígenas da UFOPA | Pesquisa Bibliográfica e Documental |
| | | 3- Identificar os avanços e os desafios da educação superior indígena no contexto da UFOPA | Pesquisa Documental |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | 4- Identificar as perspectivas futuras dos acadêmicos indígenas egressos da UFOPA oriundos do município de Jacareacanga a partir de sua formação profissional/acadêmica | Aplicação e análise de questionário via formulários no Google Forms |
|--|--|---|---|

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, exploratória, com abordagem qualitativa. O percurso metodológico adotado na pesquisa foi baseado na classificação adotada por VERGARA (2003), GERHARDT; SILVEIRA (2009), GIL (2008) e CAMPOS (2004).

Quanto à abordagem, a que mais se enquadra no estudo que foi realizado é a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa está definida com a não preocupação com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização GERHARDT; SILVEIRA (2009).

Em conformidade com os objetivos definidos, a pesquisa pode ser definida como exploratória, que segundo VERGARA (2003), está na categoria que este denomina como quanto aos fins, e essa está definida como veremos a seguir.

Foi realizada a pesquisa exploratória buscando proporcionar maior proximidade com o problema no propósito de torná-lo explícito ou construir pressupostos, esta é realizada em uma área que existe pouco conhecimento sistematizado e acumulado sobre o tema em questão.

Os métodos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, por manusear arquivos de dados já existentes. Segundo VERGARA (2003), a pesquisa bibliográfica é classificada quanto aos meios de investigação, em um estudo baseado em material que já foi publicado em outros meios como: revistas, livros, internet, ou seja, em material acessível ao público. Esse método gira em torno da busca de pesquisas que já foram realizadas em torno do tema proposto, para possíveis contribuições ao trabalho. E a investigação documental, também

de acordo com VERGARA (2003) é realizada em documentos conservados em órgãos públicos ou privados, ou com pessoas em registros, regulamentos, memorandos, ofícios, filmes, fotografias e outros. Esse processo foi realizado através da consulta de documentos como o PDI da UFOPA que contém normas e regulamentos da Instituição etc.

2.1 Coleta de Dados

A técnica utilizada para a coleta de dados da pesquisa foram as entrevistas com a aplicação de questionário online pelo Google Forms, é um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Estes formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados nos formulários já existentes. Este é um serviço gratuito, basta apenas ter uma conta no Gmail, dessa forma, os formulários ficam armazenados no Servidor do Google, podendo ser acessado de qualquer lugar, até pelo celular e não ocupam espaço no computador.

Dentre algumas características do Google Forms está a possibilidade de acesso em qualquer local e horário; a agilidade na coleta de dados; análise dos resultados; facilidade de uso. Em suma, o Google Forms pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas. No caso desta pesquisa, será utilizado para a coleta e análise de dados, facilitando o processo de pesquisa.

Já as entrevistas podem ser definidas de acordo com GIL (2008) como a técnica em que o investigador se apresenta diante do investigado, a maneira como as perguntas são formuladas e o objetivo que será obtido os dados que interessam à pesquisa.

A obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa se deu através da aplicação de questionário, que de acordo com GIL (2008) corresponde ao conjunto de questões submetidas a um grupo de pessoas com o propósito de adquirir informações sobre crenças, sentimentos, valores, interesses, comportamento e outros. Na maioria das vezes, esse questionário é construído com questões específicas que irão proporcionar os dados necessários para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Traz uma série de cuidados em sua elaboração, como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões.

Para o tratamento das informações coletadas, utilizou-se a análise de conteúdo, visto que CAMPOS (2004), enfatiza como um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o da análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de

pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Esta análise é dividida em três fases, sendo elas: I) Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas; II) A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados) e III) O processo de categorização e subcategorização.

Inicialmente foi realizada a aproximação com o local de pesquisa, no qual a pesquisadora entrou em contato com o setor responsável, foi solicitado a autorização institucional para execução da pesquisa, neste momento foi detalhado aos responsáveis os objetivos da pesquisa, a forma que se dará a coleta de dados e os benefícios do estudo.

Após autorização da instituição, foi levantado o quantitativo de indígenas oriundos de Jacareacanga -PA devidamente matriculados em cursos na UFOPA que atendem aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa durante recorte temporal selecionado. Os dados obtidos serão mantidos de forma sigilosa pela pesquisadora responsável, mantendo a confidencialidade dos participantes de pesquisa, portanto é assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo que os dados sejam utilizados apenas no estudo em questão. O instrumento de coleta de dados foi elaborado pela pesquisadora, apresentado no APÊNDICE A. Entretanto, algumas adaptações precisaram ser feitas, de forma que esse consentimento passou a ser feito através da espontaneidade do entrevistado responder o questionário on-line.

A coleta de dados obedecerá 4 etapas, previamente estabelecidas pela pesquisadora:

- Etapa I: Identificação de alunos indígenas oriundos de Jacareacanga – PA devidamente matriculados em algum curso na UFOPA no período de 2013 – 2020;
- Etapa II: Seleção dos alunos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão;
- Etapa III: Aplicação dos questionários aplicados através do aplicativo Google Forms, por conta da pandemia do COVID - 19 (doença causada pelo novo corona vírus) e todas as medidas de segurança necessárias que precisaram ser tomadas como o distanciamento social neste período;
- Etapa IV: Análise dos questionários e possíveis contribuições da pesquisa.

O questionário foi estruturado através do aplicativo Google Forms, desenvolvido pela pesquisadora. O questionário foi composto por quinze perguntas direcionadas e trabalhou em cima dos objetivos específicos, trouxe argumentações sobre os avanços, os desafios e as perspectivas futuras em prol das suas comunidades de origem. Quanto às argumentações sobre as políticas públicas de educação superior indígena no Brasil e o papel da Gestão Pública na inserção dos indígenas na universidade serão feitas a partir de revisão bibliográfica. A realização da pesquisa traz como principal risco a possível identificação dos alunos

participantes no estudo, no entanto, tal risco foi minimizado através da codificação da identidade deles, após repassados os resultados das coletas de dados.

Os resultados da pesquisa trouxeram como benefícios informações atualizadas a respeito do tema tratado, bem como esclarecimento acerca dos fatores relacionados às dificuldades vivenciadas dentro do meio acadêmico e as possíveis contribuições dos indígenas para suas comunidades de origem.

Capítulo 3 - Educação Superior Indígena no Brasil

Esse capítulo irá abordar questões relacionadas as políticas públicas disponibilizadas, e direcionadas a educação indígena no país, tendo em vista o que no Brasil, há diretrizes básicas na matriz curricular. Será ainda apresentado um histórico da Educação Superior no País, e alguns indicadores de como está o ensino superior indígena.

3.1 Histórico da Educação Superior no Brasil

A história da educação no Brasil envolve autoritarismo e discriminação desde o período colonial, quando a economia dependia da exploração da mão de obra escrava para a subsistência da minoria que detinha o poder. De acordo com Ribeiro (1993), a sociedade era latifundiária, escravocrata e aristocrática, era sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Dentro desse contexto, a única educação disponível era a humanística que acreditava-se ser neutra, mas na realidade não era.

Foi com a catequese que a Companhia de Jesus buscou realizar um de seus maiores objetivos, recrutar servidores e fiéis indígenas para a religião católica, com o intuito de torná-los mais submissos e adaptá-los a mão de obra que era necessária na colônia e, conseqüentemente a obediência aos senhores “brancos”. Essa educação elementar foi primeiramente direcionada aos indígenas, mas em seguida passou a fazer parte do cotidiano dos filhos dos colonos. Já que as mulheres e os filhos primogênitos cuidavam dos negócios do pai, a educação média era dada aos homens da classe dominante. E a educação superior era direcionada para os filhos dos aristocratas que fossem entrar para a vida religiosa, os demais estudariam na Universidade de Coimbra em Portugal, estes seriam os futuros intelectuais que retornariam ao Brasil para administrá-lo (RIBEIRO, 1993).

Essa metodologia educacional acabou permanecendo durante todo o período colonial, imperial e republicano. A igreja tinha grande influência, tamanha era essa influência que se media a posição social do indivíduo de acordo com a quantidade de terras, o número de escravos e os títulos que recebiam dos colégios católicos (RIBEIRO, 1993). Este sistema educacional resistiu ao tempo, porque reforçava o sistema sociopolítico e econômico da época.

É importante mencionar que o advento do ensino superior no Brasil, deu-se através da cópia de modelos de universidades de outros países, nunca teve um modelo próprio. Segundo Aprile *et al* (2009), foi com a chegada da Corte Portuguesa por volta de 1808 que foram

registradas a criação das primeiras escolas isoladas de educação superior, focada em cursos e faculdades, estruturados de maneira independente.

Foi apenas com o Decreto nº 14.343, que foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, ela era mais voltada ao ensino do que a pesquisa, conservando a orientação profissional dos cursos e a autonomia das faculdades profissionais pré-existentes (OLIVEN *et al.*, 2002 p.1; p.2). Logo em seguida, dentro do cenário da Revolução de 1930, surgiram as novas propostas de consolidação de faculdades nacionais, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Um pouco mais tarde na década de 60, alunos e intelectuais buscaram promover uma nova proposta de universidade, é então criada a Universidade de Brasília (UnB), em 1962, baseada no modelo de pesquisa e ensino, era vista como um rompimento do modelo tradicional implantado até então, que foi anulado durante o novo regime instaurado em 1964 (CUNHA, 2007).

Durante o governo militarista, em 1968 foi criada a Lei nº 5.540, que impunha diretrizes à produção do conhecimento e ao processo de pesquisa a serem realizados pelas universidades brasileiras (APRILE *et al.*, 2009). O Estado incentiva a criação de IES, desde 1990, acaba dando espaço e criando possibilidades para a abertura de IES privadas, em compensação diminui o apoio à expansão ao setor público federal (SGUISSARDI, 2004). No decorrer da história do Brasil, nota-se que a criação das IES, em sua maioria estava mais voltada para a profissionalização da mão-de-obra que seria utilizada na indústria, e a minoria estava diretamente ligada a pesquisa e ensino que com o governo militar limitou ainda mais a sua atuação enquanto ambiente de processo de criticidade.

A respeito do modelo das universidades que foram implantadas no Brasil, fica claro que o ensino foi voltado para uma minoria. Então é nesse contexto que se inicia uma discussão sobre o acesso ao ensino superior, que nos leva ao estudo das políticas públicas e dos mecanismos utilizados. Onde os programas de acesso, inserem-se no âmbito das políticas inclusivas compensatórias, já que tais políticas buscam corrigir os espaços deixados pelas insuficiências das políticas universalistas.

No Brasil, as políticas de ação afirmativa ganharam destaque pela pressão de movimentos sociais, especialmente, pelo movimento negro, que teve grande destaque no país. Esse movimento exerce um esforço que merece admiração, pois influencia no sentido de ampliar a inclusão social dentro do ensino superior e lutar não apenas pelo acesso, mas também pelo acompanhamento e o apoio ao estudante, dada a diversidade de fatores responsáveis pela evasão. A reserva de cotas raciais para acesso ao ensino superior, público ou privado, acaba

causando polêmica nos diversos setores da sociedade brasileira, dos acadêmicos aos políticos, dos juristas às organizações não-governamentais (APRILE *et al.*, 2009).

Foi com a redemocratização do país, que alguns movimentos sociais começaram a exigir mais respostas do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a admissão de medidas que fossem específicas para a solução de tal problemática, temos então, as ações afirmativas. É adotada a primeira política de cotas no Brasil, apenas em 1995, quando foi estabelecida uma cota do número mínimo de 30% de mulheres para as candidaturas em partidos políticos, esse feito se deu através de uma legislação eleitoral (MOELECKE, 2002).

O contexto em que surgem as políticas de ações afirmativas é repleto de divergências e complexidades, mas acaba sendo garantido através de leis, que são criadas com o intuito da busca pelo direito a uma educação igualitária para todos, apesar de suas especificidades. A presença destas políticas dentro das universidades brasileiras é marcada por dois momentos significativos.

O primeiro momento relaciona-se ao período em que o Brasil foi impulsionado pelas políticas externas, através da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, este documento trazia em seu eixo a reafirmação dos pactos internacionais relativos aos direitos civis, sociais e culturais, anunciados na Declaração dos Direitos Humanos. Isto influenciou diretamente nas políticas afirmativas para o ingresso de alunos em instituições de ensino superior, utilizando a seleção de cotas. Já o segundo momento, deu-se com o surgimento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e, também, a partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Frente a essas mudanças tão significativas para o ensino, algumas universidades existentes passaram a adotar algum tipo de ação afirmativa.

Como resultado das políticas voltadas para o ensino superior, destacam-se o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que são voltados para a população de baixa renda, como políticas inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas. O FIES foi criado com o propósito de preencher as vagas ofertadas nas IES privadas, para alunos que não tinham a renda necessária para permanecer no curso, ele acabou substituindo o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC), destinado a alunos carentes, foi criado nos anos 1970, mas só foi institucionalizado em 1992, pela Lei nº 8.436, passando a ser administrado e supervisionado pelo Ministério da Educação (MEC).

O FIES foi criado em 1999, financia até 100% do valor da mensalidade devida pelo estudante à instituição de ensino. Também foram realizadas algumas alterações com a edição da Lei nº 11.552 em relação ao Fies, em busca de aumentar o número de alunos beneficiados

pelo programa. O ProUni foi criado em 2004, apresenta-se como uma modalidade de ação afirmativa que garante vaga nas universidades privadas para grupos economicamente desfavoráveis, através de bolsas de estudo para alunos que tenham se submetido a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nesse contexto, o MEC.

Desencadeou o processo de Reforma da Educação Superior, visando: democratizar o acesso ao ensino superior; inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional; refinar a universidade pública; transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior; estabelecer nova regulação entre os sistemas público e privado (APRILE *et al.*, 2009, p.49)

A primeira universidade no Brasil que utilizou a reserva de vagas, com as cotas, foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aproximadamente nos anos 2000, quando reservou 50% das vagas para estudantes de escolas públicas. E ainda, no mesmo ano a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) implementou o Programa de Ações Afirmativas e Inclusão Social (PAAIS) com o objetivo de estimular o ingresso de alunos da rede pública, assim como também fomentar a diversidade étnica e cultural dentro da instituição. Já a Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi a primeira a oferecer curso de Licenciatura Intercultural para os indígenas, Formação Superior no ano de 2002. Foi também no ano de 2002 que todas as universidades do Estado do Paraná passaram a reservar no início três vagas e em 2006 passaram para seis vagas especialmente para os indígenas nos cursos de graduação de cada universidade desse estado (PEREIRA, 2018).

A partir de então, diversas outras universidades do país também começaram a implementar políticas, dentre elas estão: Universidade de Brasília (UnB) que foi a primeira a implementar a política de cotas raciais, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) reservou 10% das vagas para indígenas, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) colocou em prática a política de reserva de vagas, por meio de cotas sociais e raciais, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) por meio de legislação passou a garantir um percentual de reserva de vagas para indígenas, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) passou a reservar vagas para candidatos indígenas, alunos de escolas públicas que se declararam pretos ou pardos, candidatos de escola pública que se declaram índios-descendentes e para alunos de qualquer etnia ou cor, a Universidade Federal do Pará (UFPA) reservou vagas para pessoas com deficiência e autodeclarados indígenas e pretos e, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou um programa que destinou vagas a indígenas (PEREIRA, 2018).

Com o decorrer dos anos a educação passou por um processo de transformação, onde não estava mais apenas buscando beneficiar a minoria ou apenas qualificar a mão de obra

necessária, mas através das leis que foram criadas e dos Programas do Governo Federal passou a garantir a presença dos grupos economicamente menos favorecidos ao ensino superior e influenciar a diversidade étnica no meio acadêmico.

3.2 Legislação da Educação Superior Indígena no Brasil

Apesar do ensino para os povos indígenas ainda enfrentar obstáculos para o seu pleno funcionamento, já que é necessário considerar suas especificidades. Foram implementadas políticas públicas especificamente para o acesso desses povos ao ensino superior, onde as políticas públicas trazem em seu bojo a proposta de integração.

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas e os seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos e ser um dos principais veículos de assimilação e integração. Depois disso, as leis subsequentes à Constituição que tratam da Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada.

O maior saldo da Constituição de 1988, que rompeu com uma tradição da legislação brasileira, diz respeito ao abandono da postura integracionista. Com a aprovação do novo texto constitucional, os índios não só deixaram de ser considerados uma espécie em via de extinção, como passaram a ter assegurado o direito à diferença cultural, isto é, o direito de serem índios e de permanecerem como tal.

Além do reconhecimento do direito dos índios de manterem a sua identidade cultural, a Constituição de 1988 lhes garante, no artigo 210, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas.

A atual LDB substituiu a Lei nº 4.024, de 1961, que tratava da educação nacional. No que se refere à Educação Escolar Indígena, a antiga LDB nada dizia. A nova LDB menciona, de forma explícita, a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. Um deles aparece na parte do Ensino Fundamental, no artigo 32, estabelecendo que seu ensino será ministrado em Língua Portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Ou seja, reproduz-se aqui o direito inscrito no artigo 210 da Constituição Federal.

A outra menção à Educação Escolar Indígena está nos artigos 78 e 79 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988. Ali se preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional.

Com tais determinações, a LDB deixa claro que a Educação Escolar Indígena deverá ter um tratamento diferenciado do das demais escolas dos sistemas de ensino, o que é enfatizado pela prática do bilinguismo e da interculturalidade.

Em 9 de janeiro de 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação, também conhecido pela sigla PNE, que apresenta um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena, dividido em três partes. Na primeira parte, faz-se um rápido diagnóstico de como tem ocorrido a oferta da educação escolar aos povos indígenas. Na segunda, apresentam-se as diretrizes para a Educação Escolar Indígena. E na terceira, estão os objetivos e metas que deverão ser atingidos a curto e a longo prazos.

Estas ações vêm se configurando e representam a luta por equidade de direito. Estão se firmando como propostas, mudanças e reconfigurações da inserção das culturas sociais e são o principal instrumento que visa combater as desigualdades e injustiças.

No que diz respeito ao ensino superior destinado à população indígena só aparece como uma pauta nas duas últimas décadas do século XX. Como se pode verificar pela legislação em vigor, a Lei nº 9.394/96 a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seus artigos:

Art.: 26, §4º; O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Art. 32, § 3º; O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 78, incisos I e II; I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79, parágrafos e incisos I, II, III e IV, § 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

- III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

E do outro lado está a Lei de Cotas que estabelece em seu Art. 3º que: “Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas em proporção no mínimo igual à do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente com esta lei tornou-se obrigatória a reserva de vagas para esse grupo minoritário de baixa renda, negros e indígenas, em cursos de graduação de ensino superior em instituições públicas do país.

3.3 Panorama Geral sobre o ensino superior indígena no Brasil

Com o Brasil sendo um dos países com maior presença de indígenas na América Latina, o ingresso de indígenas na educação superior, tem uma presença que precisa ser considerada. Essa diversidade étnica abrange grande variedade de interesses e condições de acesso, uso da língua materna e frequência à escola.

Apesar da Constituição de 1988 reconhecer o direito do povo sob as suas terras ancestrais e de uma educação própria baseada na língua materna, a perda da língua é um processo que se encontra em expansão, mesmo tendo esses direitos garantidos os povos indígenas continuam na luta pelo reconhecimento de suas diferenças.

A relação dos povos indígenas com a educação superior é algo fundamental da luta pelo reconhecimento de seus direitos e a valorização do patrimônio cultural e linguístico desses povos, pois a presença desses povos nas universidades brasileiras e as relações entre os membros da comunidade acadêmica, instiga à reflexão sobre os modos da produção de conhecimento científico levando em consideração a diversidade linguística e cultural existentes.

A princípio os profissionais que desejassem a formação superior teriam que ingressar em cursos superiores regulares ofertados pelas universidades estaduais, federais ou particulares. Mas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que define diretrizes pedagógicas para a formação de professores indígenas, começam a surgir no Brasil diversos cursos de magistério indígena intercultural em nível médio, o que possibilitou a formação de professores indígenas para atuarem na educação infantil e no ensino fundamental.

Especialmente nos anos iniciais, estes cursos impulsionaram grande avanço na educação escolar indígena. Entretanto, com o aumento da escolaridade dos alunos indígenas, constatou-se a necessidade da continuidade da formação dos professores indígenas em nível

superior, para que eles pudessem trabalhar com as séries finais do ensino fundamental e ensino médio (OLIVEIRA, 2010).

As discussões sobre a formação de professores indígenas em nível superior atendem a reivindicações do próprio movimento indígena, os cursos de licenciaturas interculturais podem vir a ser um dos principais mecanismos de afirmação cultural. Para isso, os cursos possibilitam a participação das lideranças, pajés e demais membros da comunidade em todos os momentos dos cursos, assim criando um vínculo entre os professores a serem formados, suas comunidades e a universidade. Historicamente, as universidades brasileiras sempre tiveram dificuldade para se relacionar com os povos indígenas, por diversos motivos. No entanto, com essas iniciativas inovadoras, podemos afirmar que as portas de algumas instituições acadêmicas estão se abrindo para um diálogo equiparado com os povos indígenas, possibilitando uma inter-relação entre os conhecimentos produzidos e os saberes ancestrais dos povos indígenas.

3.4 Políticas Públicas de Inclusão de Indígenas no Ensino Superior

O termo “ação afirmativa” tem origem nos Estados Unidos, segundo MOEHLECKE (2002, p. 198), quando os norte-americanos passavam por um momento de reivindicações democráticas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, onde o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, unidos pela defesa dos direitos. O público-alvo dessas ações variou de acordo com os grupos existentes como minorias étnicas, raciais e as mulheres. Perante o sistema educacional, deu-se mais ênfase ao ensino superior.

No que se refere a definição dos grupos beneficiados pelas ações afirmativas, são estabelecidos critérios raciais, étnicos ou sociais, ou também ambos podem ser aplicados. Para os que estabelecem grupos raciais, nele estão incluídos os negros, afro-brasileiros, descendentes de africanos, ou os setores discriminados socialmente, como os indígenas. Para a população oriunda de escola pública ou os denominados carentes, existem projetos específicos. A importância atribuída a educação é a justificativa utilizada para legitimação dos projetos, já que é vista como instrumento de progresso social e desenvolvimento do país. Através do resgate histórico, da escravidão e do massacre indígena, nota-se a exclusão dos negros e índios que conseqüentemente contribui para a desigualdade e implica uma grande dívida do Poder Público para com estes.

É de suma importância mencionar o que são as políticas públicas e quem são os indígenas envolvidos nesse contexto. A origem das políticas públicas como disciplina acadêmica e área do conhecimento se dá nos Estados Unidos da América e tem como seus

principais fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Não existe uma única definição sobre o que seja política pública. Mead (1995), a define como um campo dentro do campo da política que estuda e analisa o governo a respeito das questões públicas e Lynn (1980), as define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, pode-se dizer de acordo com Souza (2006), que as políticas públicas se resumem em um campo do conhecimento que busca analisar a ação que o governo está colocando em ação e se for necessário propor mudanças no rumo destas ações.

A formulação dessas políticas se resume durante o percurso em que os governos democráticos transformam seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Após a sua formulação acabam se transformando em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Acabam sendo realizadas e implementadas e sendo sujeitas a avaliação e acompanhamento.

Para entender a implementação dessas políticas de compensação direcionadas aos povos indígenas, é necessário um conhecimento básico sobre quem são esses povos e o que significa ser índio no Brasil. Entende-se então, que a terminologia “índio” não se refere apenas a um grupo étnico e muito menos a uma raça. Na verdade, refere-se a pessoas que são integrantes de diferentes grupos étnicos e com o histórico de luta contra a marginalização que foi imposta com as políticas coloniais e posteriormente as nacionais. Inicialmente, foi uma identidade atribuída por Cristóvão Colombo aos habitantes do território, como acreditava ter chegado nas índias orientais, ao se deparar com os habitantes destas terras passou a chamá-los de índios, uma classificação homogeneizada, pois engloba em uma única categoria culturas muito diferentes.

Dentro da categoria “indígena” encontram-se diferentes grupos étnicos, com suas particularidades culturais e tradicionais e, também diferenças em relação aos demais grupos não-indígenas. Desta forma, o que foi inicialmente uma classificação indenitária, passou a ser utilizada como categoria de luta e identidade. Ser indígena, no final do séc. XX e início do XXI, significou ser portador de um status jurídico, que lhe garante uma série de direitos (CALEFFI, 2003).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena que vive no Brasil estima-se em 896.000 mil pessoas que se autodeclararam, foi contabilizado 305 etnias diferentes, onde seus principais troncos étnicos e suas ramificações são: Macro-Jê divididos em: Boróro; Guató; Jê; Karajá; Krenák; Maxakali; Ofayé; Rikbaktsa; Yatê e, Tupi divididos em: Arikém; Awetí; Jurúna; Mawé; Mondé; Mundurukú; Puroborá; Ramaráma; Tuparí; Tupi-Guarani em todo o Brasil. É registrado pela FUNAI cerca de 69

referências indígenas que não foram contatadas. Com o censo de 2010 foram identificadas 274 línguas indígenas faladas no Brasil, sendo que 57,1% dos indígenas não falam a língua indígena, já 76,9% deles falam a Língua Portuguesa. (IBGE, 2010)

Freitas e Harder (2013), mencionam que as universidades públicas estaduais do Paraná (2002), as Universidades Estaduais do Mato Grosso do Sul e do Amazonas (2003) e da Universidade de Brasília (2004), foram as primeiras universidades brasileiras que visam o acesso específico de estudantes indígenas dentro do ensino superior, utilizando por meio de acesso a reserva de vagas ou a criação de vagas suplementares.

As políticas específicas tem em sua elaboração como ponto de partida, a educação básica diferenciada, algo que se estruturou a partir de três momentos. Sendo o primeiro, a criação e aprovação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, onde o Estado pela primeira vez reconhece os povos originários como sujeitos dos próprios direitos, de línguas e crenças próprias, direito originário sobre as suas terras e também reconhece a sua luta pela defesa desses direitos, impostos nos Art. nº 231 e 232 da CF/88. O segundo momento é marcado pelo deslocamento da responsabilidade pela educação indígena, que antes era função apenas da FUNAI e passa a ser responsabilidade do MEC, em 1991.

A FUNAI a partir de então passa a contribuir na qualificação da política educacional junto aos indígenas. E, por fim, no terceiro momento, em 1996, a LDB reconhece que deve haver um processo educacional específico para os indígenas, o ensino bilíngue e intercultural, visando a valorização dos conhecimentos indígenas e fortalecimento cultural (FREITAS E HARDER, 2013).

No que diz respeito ao acesso dos indígenas nas universidades, foram garantidas tanto no ensino público através das ações afirmativas, por meio do sistema de cotas ou reserva de vagas, quanto no ensino privado, através do Prouni com a concessão de bolsas de estudo e, também com a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. (MEC, 2019)

Afirma Paladino (2012), estima-se que em 2003 o número de indígenas que acessavam a universidade chegou a mil e trezentos, sendo a quantidade total de estudantes brasileiros, aproximadamente quatro milhões. Mas com a implantação das políticas de ações afirmativas, o número de estudantes indígenas nas universidades aumentou significativamente, chegando a aproximadamente 10.000 estudantes.

Com a implementação das políticas aumentaram significativamente a presença de indígenas no ensino superior público e privado. Esse aumento só se torna possível através da

luta desses povos pelos seus direitos que ficaram esclarecidos e garantidos diante da Constituição de 88, da responsabilidade do MEC pela educação diferenciada e da LDB.

Embora exista o mapeamento da existência e os resultados das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, não são suficientes nem conseguem resolver o processo de ensino-aprendizado, entre eles indígenas que recebem a formação no ensino básico em suas aldeias e, em alguns casos, na sua língua materna. Com isso, ao chegar à universidade, o impacto para esses indígenas sobre o mundo acadêmico é muito mais elevado e irá refletir no seu aprendizado, na sua permanência na universidade e na conclusão do seu curso.

3.5 O acesso de estudantes indígenas em Universidades no Brasil

A busca dos indígenas para o ensino superior é anterior a implementação das políticas implementadas pelo governo estadual e federal, foi somente a partir delas que aumentou significativamente a presença de indígenas no ensino superior. (SILVA, 2016)

Algumas universidades federais implementaram as ações afirmativas a partir da deliberação e resolução de seus Conselhos Superiores, que se intensificou a partir da criação do REUNI - que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior - muitas universidades públicas aderiram ao Programa Diversidade na Universidade – o seu principal objetivo é defender a inclusão social e o combate à exclusão social, étnica e racial - estimula o acesso dos afro-brasileiros e indígenas. (PALADINO, 2012)

É importante mencionar a respeito da razão que leva os indígenas a escolherem determinados cursos, quando são de licenciatura remetem a vontade de assumirem as vagas de professores nas aldeias, já que vem crescendo a procura pelo ensino fundamental e médio dentro das aldeias. Mas existem outras motivações, como decisão coletiva da comunidade, cursos que sempre tiveram interesse desde criança ou então porque eram a única possibilidade de ingresso no ensino superior. Apesar de todas as diferenças, através da leitura das bibliografias e dos trabalhos já realizados com a população indígena, nota-se que existe o interesse de levar um retorno para a sua comunidade de origem, através do conhecimento científico adquirido na universidade.

Uma das pioneiras a oferecer vagas para os indígenas no ensino superior em 2002, foi a UFRR, através do curso de Licenciatura Intercultural, que surgiu como uma demanda de professores indígenas atuarem na educação básica, é ofertado pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Onde são ofertadas 60 vagas por ano, para a área Básica de ingresso do curso de Licenciatura Intercultural, sendo que no quinto semestre, o estudante

faz a escolha por uma das 20 vagas ofertadas para cada uma das áreas de habilitação: Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Comunicação e Artes. Os cursos são ofertados em regime modular, geralmente realizados nos meses de janeiro a março e julho a setembro, em 36 dias ininterruptos em cada etapa, com dedicação integral do aluno às atividades, distribuídas nos turnos matutino e vespertino.

O Instituto Insikiran é uma unidade acadêmica e administrativa vinculada a UFRR, foi criada para atender as demandas dos povos indígenas de Roraima e com objetivo de realizar a formação profissional levando em consideração o modo específico e intercultural desses grupos. Nos dias atuais, o Instituto oferece três cursos de formação superior para indígenas em nível de graduação: a Licenciatura Intercultural, criada em 2001, o Bacharelado em Gestão Territorial Indígena, criado em 2009, e o curso de Bacharelado de Gestão em Saúde Coletiva Indígena, criado em 2012. (UFRR, 2021)

A maneira que foi aplicada a política de reconhecimento e de valorização das populações indígenas foi através da regularização da oferta das vagas específicas, nos diferentes cursos de bacharelado e de licenciatura através do Processo Seletivo Especial Indígena, assim como dos cursos de graduação do Núcleo Insikiran: Gestão de Saúde Coletiva Indígena, Gestão Territorial Indígena e Licenciatura Intercultural Indígena.

Já as universidades do estado do Paraná (Unioeste; UEM; UEL; UEPG; Unicentro; UENP e UEP), em 2002 começaram a reservar inicialmente três vagas para indígenas, e a partir de 2006 passou a ofertar seis vagas em cada universidade desse estado. Abrindo espaço para os indígenas no meio acadêmico.

A primeira universidade a utilizar o Sistema de Cotas Raciais no Brasil foi a UnB, em 2004, entrou em vigor com a proposta de estabelecer 20% das vagas do vestibular para estudantes negros em todos os cursos ofertados pela universidade. E para os indígenas de todos os estados brasileiros, disponibilizar vagas em resposta às demandas específicas colocadas pelas nações indígenas.

Com o “Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília”, ficou previsto como auxílio para permanência desses estudantes, bolsas de assistência para estudantes indígenas e negros em situação de carência. Em parceria com a FUNAI, a UnB proporcionou moradia para os estudantes indígenas. E implementou três programas diretamente ligados ao Plano de Metas, um programa que garantiu o apoio acadêmico psicopedagógico; outro programa destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar os seus resultados e sugerir modificações; e uma Ouvidoria, destinada a promover a inclusão de

membros de categorias vulneráveis na universidade como negros e os indígenas (CARVALHO e SEGATO, 2003).

Com a implementação da Lei de Cotas nas universidades, em 2014, que instaura a reserva de vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas segundo critérios de renda, a UnB optou por manter e reduzir as vagas por cotas raciais para 5%.

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), foi a primeira Universidade brasileira a implementar em seu programa de reserva 10% de vagas em todos os cursos para indígenas em seus vestibulares, este sistema foi implementado em 2004. Abriu as vagas e com o programa Rede de Saberes apoia a permanência dos indígenas durante a graduação. Atualmente a Universidade tem cerca de 300 matriculados e já formou, aproximadamente, 200 (UEMS, 2019).

Na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial (PIIER), foi criado em 2004 e implantado em 2005, garantindo a reserva de vagas para autodeclarados negros em todos os cursos de graduação da Universidade. Em 2013, foi implementada uma nova política que garantia vagas para estudantes de escolas públicas.

As universidades que foram implementadas no país, tiveram como ponto de partida o ensino para a minoria, mas a partir desse acesso foram criadas políticas compensatórias que incluíam grupos menos favorecidos socialmente, entre eles, indígenas, negros e pessoas de baixa renda. Através da luta desses povos, que esse direito foi garantido, influenciando a diversidade étnica no meio acadêmico.

Com o passar dos anos a educação superior passou por um processo de transformação, quando foram criadas as leis e os programas do Governo Federal para garantir e influenciar o ingresso e a diversidade no meio acadêmico.

Assim o ingresso dos indígenas ficou garantido em diversas instituições tanto públicas quanto privadas, incluindo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), o que aumentou significativamente a presença de indígenas no ensino superior. Todos os direitos foram garantidos diante da Constituição Federal de 1988 e reconhecido pela LDB um processo educacional diferenciado com políticas afirmativas de compensação dentro das universidades brasileiras.

Capítulo 4 - Políticas de Ações Afirmativas para Estudantes Indígenas da Ufopa

Dentro do contexto educacional, o acesso ao ensino superior representa uma grande conquista dos direitos de igualdade, especialmente com os indígenas em decorrência do seu processo de escolarização, levando em consideração as práticas de exclusão enfrentadas por esses povos ao longo da história do país. Adaptar-se em um novo ambiente e superar as dificuldades em relação à aprendizagem são alguns dos desafios a serem enfrentados.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), garantiu desde a sua criação o acesso dos indígenas aos seus cursos de graduação através de editais do Processo Seletivo Especial Indígena, apesar de ter acompanhado as diretrizes nacionais no cumprimento do acesso dos indígenas nos cursos de graduação, ainda existe superficialidade em seus documentos normatizadores sobre as políticas de ações afirmativas da instituição. No PDI/UFOPA de 2012 – 2016, o compromisso com essas ações está presente, mas não apresenta medidas estratégicas de acompanhamento para estes acadêmicos durante sua permanência na universidade. (PEREIRA, 2017)

O acesso e a permanência dos indígenas no ensino superior revelam a existência de um desafio em comum a ser enfrentado por todas as instituições federais de ensino superior, sejam pelas políticas de ações afirmativas ou por outras formas de ingresso, dedicar atenção às condições materiais e de infraestrutura, a preparação didático-pedagógica de docentes e técnicos para receber discentes com características diferenciadas e compreendê-los nas suas especificidades culturais, educacionais e étnicas.

A política de inclusão é parte integrante da política de ensino e inclusão social da instituição, visando ampliar o fortalecimento das ações afirmativas para diversificar as oportunidades educacionais, a UFOPA iniciou a oferta de vagas no Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombolas e, também para os campi de Oriximiná e Óbidos, desta forma, são destinadas vagas por curso no Processo Seletivo Regular, exclusivamente a pessoas com necessidades especiais, oferece também Programa de monitoria para acompanhamento de alunos com necessidades especiais, quilombolas e indígenas. (PDI/UFOPA, 2012 – 2016)

As ações afirmativas são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), que tem como missão incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Secretarias Administrativas e Órgãos Suplementares, o estudante em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória estudantil, por meio de ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desempenho acadêmico. Essa Pró-Reitoria é composta

por duas Diretorias, de Assistência Estudantil e de Ações Afirmativas. A Proges tem como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou raça dentro do ambiente acadêmico, promovendo a participação de todos os discentes. (PDI/UFOPA, 2012 – 2016)

A Proges foi criada com a missão de viabilizar a permanência dos acadêmicos da Ufopa, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), executado no âmbito do Ministério da Educação, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Entre as suas atribuições, estão a coordenação, fiscalização e a execução dos auxílios estudantis que a Universidade disponibiliza.

Além disso, visa a assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social e, também as políticas e práticas educacionais de ensino, pesquisa e extensão a partir da prática, das vivências e dos valores dos povos da Amazônia, principalmente no que concerne aos indígenas e quilombolas. A assistência estudantil na UFOPA contempla os aspectos: assistência psicossociopedagógica; inclusão social; esporte e lazer; e diversidade sociocultural.

Foi implantada em 2014 na UFOPA Diretoria de Ações Afirmativas e a Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, em função de promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Ufopa, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, objetivando à inserção cidadã nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional, por meio de ações e de eventos internos e externos à instituição. Refere-se a um posicionamento político-institucional para contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil e na Amazônia e com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social.

As ações desenvolvidas voltam-se aos estudantes e tratam também das políticas de acesso e permanência de alunos oriundos das escolas públicas, afrodescendentes e indígenas no ensino superior público; visam à criação do espaço necessário para a formulação e a implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social. Articuladas às atividades de assistência estudantil, a Proges busca garantir ações afirmativas por meio de palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes debate, assim como de outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas, visando ao nivelamento de aprendizagem.

Estes são os Serviços, Projetos e Programas em desenvolvimento na UFOPA destina-se aos grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder e vítimas recorrentes de racismo, preconceito e discriminação, de acordo com o PDI de 2017 – 2023: Orientações aos estudantes indígenas e quilombolas; Processo Seletivo Indígena e Quilombola; Grupo de

Trabalho para elaboração da Política e Plano de Ações Afirmativas; Articulação com estudantes indígenas, Diretório Acadêmico Indígena (Dain) e outros setores da universidade para realização do IV ENEI; Articulação com estudantes indígenas, Dain e outros setores da universidade para realização da Semana da Consciência Negra; Ações afirmativas na comunidade; Cursos de Nhengathu; Memórias Cabanagem; Semana dos Povos Indígenas e Campanhas e eventos de Combate ao Racismo.

4.1 Histórico da Ufopa

Uma das pioneiras no ensino Superior no interior da Amazônia brasileira, foi a Universidade Federal do Oeste do Pará, uma universidade multicampi, localizada no oeste paraense, por desmembramento e integração do diversos campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra). Com sede na cidade de Santarém e com campis localizados no município de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A Ufopa foi criada a partir da Lei nº12.085, de 5 de novembro de 2009 (UFOPA, 2018).

Sua área de abrangência é composta por 20 (vinte) municípios com população total estimada de 1.000.618 habitantes (IBGE, 2012), o que corresponde a 12,8% da população do estado do Pará - área que envolve uma ampla população de povos e comunidades tradicionais. De acordo com o Censo de 2010, nestes municípios de abrangência com a UFOPA conta com a população indígena de aproximadamente 15.548 habitantes e, segundo a FUNAI existem 20 terras indígenas com 28 povos indígenas nessa área.

Foram várias motivações para a criação da universidade no interior da Amazônia, dentre elas, a relevância do acesso ao ensino superior, inclusão social e o aumento de investimento em ciência, tecnologia e inovações. Na busca de garantir a formação de recursos humanos de alto nível, com profissionais qualificados capazes de contribuir para a solução de desafios colocados em relação à Amazônia, a diversidade étnico-racial e os seus recursos naturais.

O primeiro acesso seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu ainda em 2010, sob a responsabilidade da UFPA que ofertou 340 vagas, distribuídas em 8 cursos de graduação e, também foram ofertadas mais 30 vagas pela UFRA. Em 2011, foi realizado o primeiro processo seletivo próprio para os cursos de graduação da UFOPA, utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apresentando em sua proposta acadêmica um sistema inovador pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica.

Somente em 2014 foi escolhido pela comunidade universitária a primeira reitoria, neste ano foi realizada a reestruturação administrativa e didático-pedagógica da universidade que sem alterar o princípio da interdisciplinaridade modificou o percurso acadêmico dos estudantes. O ingresso nos cursos de graduação passou a ser diretamente no curso, sem a necessidade da participação no Formação Básica Indígena (FBI). Nesse mesmo ano foi realizada a eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores e para a direção dos institutos, iniciando o processo de credenciamento da Instituição. A mesma recebeu a visita da comissão de avaliação do MEC, em 2016, foi publicado o relatório de avaliação que alcançou nota 4, na análise de credenciamento institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A UFOPA tem contribuído com a região desde a sua criação, além da inserção de profissionais qualificados, busca também pela consolidação da infraestrutura da instituição que movimenta a economia local, em vários seguimentos. Além disso, os processos seletivos realizados dão possibilidade de inclusão de grupos populacionais tradicionalmente marginalizados.

Essa instituição tem a sua estrutura organizada na sede e em campi regionais, em unidades temáticas. Focada na interdisciplinaridade e, também nas potencialidades regionais, na formação de professores para a educação básica, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

A Universidade tem como missão: produzir e socializar conhecimentos contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia. Associada à missão, tem a visão de futuro para o ciclo de planejamento, que conta com a produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos conscientes. Tudo isso pautado sob a luz dos seguintes valores: democracia e pluralismo, inclusão, compromisso ambiental, ética e autonomia (UFOPA, 2018).

4.2 Processo Seletivo Especial Indígena

A UFOPA criou em 2011, o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), fortalecendo as ações afirmativas que visam ampliar e diversificar as oportunidades educacionais. Passou a ofertar 50% de suas vagas de acordo com a Lei de Cotas nº 12.711/2012, que garantiu a reserva para candidatos oriundos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas nos cursos de graduação, esse percentual dividido etnicamente conforme os dados populacionais.

Cabe mencionar que a instituição foi criada em meio as reivindicações da sociedade civil e das lideranças indígenas, que com sua forte influência, buscou acesso diferenciado para esses povos e, conseqüentemente conseguiram. Essa política de inclusão teve início com a implantação do PSE na UFOPA, como processo de seleção diferenciado para os indígenas que passou a abranger os quilombolas em 2015.

A normatização do PSE se dá por meio do Estatuto, do Regimento Interno e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOPA, assim como pelas portarias e editais que constituem as comissões destinadas a conduzir o processo, em todas as suas fases de realização.

O PDI (2012–2016), é o documento que norteia e orienta as ações e diretrizes acadêmicas e administrativas da universidade, onde destaca o fortalecimento das ações afirmativas como uma política de inclusão social. Ainda neste documento está exposto que o PSE é tratado como política de inclusão para indígenas e quilombolas. (UFOPA/ PDI/ 2012 – 2016).

Nos anos 2010, 2011 e 2012, a seleção para o ingresso de indígenas na UFOPA foi realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). O PSE foi ganhando espaço com o decorrer do tempo e se tornou uma política diferenciada da UFOPA, que desde a sua criação já contava com políticas de inclusão. O ingresso dos discentes autodeclarados indígenas nos cursos de graduação da instituição pelo PSE se dá por meio de quatro fases: Inscrição; Homologação das Inscrições; Avaliação Escrita e Avaliação Oral (entrevista), respectivamente.

Na primeira fase são realizadas as inscrições via internet. Na segunda fase ocorre a verificação e comprovação dos dados para homologação da inscrição exigida para concorrer ao PSE. A terceira fase conta com avaliação escrita, que é composta por redação com temática que levam em consideração a realidade dos povos indígenas. Por fim, na quarta e última fase é realizada a entrevista com os candidatos classificados nas fases anteriores do processo. Ao ser aprovado no PSE, o estudante indígena deverá apresentar declaração de autorreconhecimento e a declaração de pertencimento, emitida e assinada por autoridade indígena, de acordo com o previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), legitimada pelo Estado brasileiro.

O detalhamento de cada fase do PSE do período estudado encontra-se nos editais correspondentes na página oficial da UFOPA, com exceção dos anos em que a UFPA coordenou os processos de acesso dos povos indígenas na UFOPA. Com o registro do acesso dos indígenas pelo PSE, nos anos de 2013 a 2020, onde demonstra que disponibilizou um número expressivo de vagas, pode-se perceber que a UFOPA inicia a sua trajetória de maneira genuína já que estabelece as políticas de ações afirmativas desde a sua criação, apesar das

limitações e dos desafios, demonstra a importância dessa universidade como um espaço de debates e troca de conhecimentos entre diferentes culturas e saberes.

Na tabela 1, a seguir está exposto a evolução do número de vagas destinadas aos indígenas que concorrem a essa seleção diferenciada de acordo com os critérios dos quatro PSEs estudados. Um número expressivo considerando as dificuldades de implantação de uma universidade na Amazônia e que aplica políticas afirmativas de inclusão.

Quadro 2 - Evolução do número de vagas destinadas aos indígenas no PSE (2013 – 2020)

| PSE | Vagas disponíveis | Inscrições Deferidas | Aprovados |
|------|-------------------|----------------------|-----------|
| 2013 | 65 | 181 | 65 |
| 2014 | 65 | 296 | 65 |
| 2015 | 65 | 243 | 52 |
| 2016 | 79 | 385 | 80 |
| 2017 | 54 | 322 | 54 |
| 2018 | 93 | 454 | 82 |
| 2019 | 81 | 404 | 68 |
| 2020 | 77 | 200 | 72 |

Fonte: Elaborado pela autora (2021), de acordo com dados dos Processos Seletivos Especiais Indígenas de 2013 – 2020

No decorrer dos anos, houve uma mudança significativa na quantidade de vagas ofertadas pelo PSE, principalmente nos anos de 2013 e 2018. O PSE proporcionou o acesso dos indígenas à UFOPA apesar das limitações e dificuldades, o que representou um marco na história da educação do ensino superior no oeste paraense. A UFOPA inicia a sua trajetória trazendo em sua estrutura acadêmica, a proposta de inclusão dos povos indígenas. O registro do acesso dos indígenas no período de 2013 a 2020 demonstra a importância dessa universidade, que influencia na dispersão do conhecimento entre culturas diferentes e abrindo espaço para debates e construção de conhecimento. A UFOPA recebeu entre 2013 e 2020, quinhentos e trinta e oito (538) indígenas.

Até o ano de 2018, foram quatrocentos e oitenta e oito (488) estudantes indígenas ingressantes pelo PSE, setenta e nove (79) pelo Processo Seletivo Regular (PSR), e duzentos e cinquenta (250) estudantes quilombolas que estão distribuídos nos diversos cursos oferecidos por esta Instituição.

4.2.1 Formação Básica Indígena

Entre as ações que foram criadas como Políticas de Ações Afirmativas a partir da aprovação da Resolução nº 194, de 24 de abril de 2017, está o projeto institucional de Formação Básica Indígena (FBI), é um programa especial de ajuste de percurso acadêmico, cujo objetivo é minimizar os problemas enfrentados pelos estudantes indígenas no âmbito dos seus cursos de graduação.

Trata-se de uma formação inicial que propõe trabalhar a autonomia intelectual desses estudantes, atendendo-os com conteúdo de ciências exatas (matemática), ciências humanas (língua portuguesa, antropologia, direito e outros) e tecnologias, tendo em vista a apropriação de conhecimentos da cultura dominante, bem como o acolhimento e a adaptação a vida universitária, é uma estratégia de enfrentamento dos problemas decorrentes do racismo e do preconceito fortemente presente em diversos espaços da sociedade incluindo o meio acadêmico. A partir de 2017, os alunos calouros indígenas antes de ingressarem em seus cursos específicos, passam um ano na FBI, esta estratégia tem como objetivo a diminuição do índice de evasão e retenção universitária.

Essa é uma iniciativa que está ligada à necessidade de promover o sucesso acadêmico dos seus estudantes, a Instituição aprovou em 2019 programa de ajuste de percurso acadêmico para estudantes indígenas, cuja finalidade é o acompanhamento e a melhoria da trajetória dos estudantes atendidos pelas políticas de ações afirmativas. Está em andamento o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA (2019-2023) que regulamenta os processos seletivos especiais e a discussão para a garantia de cotas também nos cursos de pós-graduação.

4.2.2 Auxílio para Indígenas

Um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderá receber auxílios financeiros, tais como: o auxílio de ajuda de custo à inserção acadêmica, para auxiliar na complementação de despesas referentes à moradia, ao transporte, à alimentação e ao apoio pedagógico; o auxílio de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; e o auxílio para a participação em eventos acadêmicos, culturais e esportivos, como o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, o Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas e o Jogos Universitários Brasileiro.

A UFOPA oferece serviços de apoio pedagógico, psicossocial, e de caráter financeiro visando proporcionar aos estudantes as melhores condições de desempenho acadêmico. Além

destes, também oferta programas e projetos que envolvem esporte e lazer. Para isso, é realizado na Instituição por uma equipe técnica especializada a avaliação para constatar a vulnerabilidade socioeconômica dos alunos, dependendo de suas necessidades e da disponibilidade orçamentária, podendo receber um ou mais tipos de serviços e auxílios. Entre as modalidades de auxílios a serem disponibilizados estão o Auxílio Permanência, o Auxílio Moradia, Auxílio Permanência Especial, Auxílio Emergencial e Auxílio de Incentivo ao Esporte. (PDI/UFOPA, 2017 – 2023)

O Auxílio Permanência tem a utilidade de ampliar as condições para permanência dos estudantes na educação superior pública, implementando na instituição ações de assistência estudantil para acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais e se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através de auxílios que contribuam para um melhor desempenho acadêmico, redução da evasão e inclusão social.

Entre os auxílios disponibilizados nesta categoria, estão: o auxílio alimentação – destinado a contribuir com o pagamento das despesas de alimentação; o auxílio transporte - destinado a contribuir para a pagamento da locomoção dos discentes até as unidades da instituição; o auxílio didático-pedagógico – destinado a pagamento de despesas com materiais didático-pedagógicos utilizados nas atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação. A autorização do recebimento de cada auxílio depende do perfil socioeconômico de cada discente.

O Auxílio Moradia é destinado para contribuir com o pagamento das despesas de aluguel para discentes oriundos de cidades diferentes de onde está cursando a graduação e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Auxílio Permanência Especial é constituído por repasse financeiro, abrangendo os auxílios alimentação, transporte e apoio didático-pedagógico, destinado a discentes indígenas e quilombolas ingressantes por meio de processo seletivo especial, regularmente matriculados em cursos de graduação, comprovando situação de vulnerabilidade socioeconômica e inscritos nos processos de concessão do auxílio.

O Auxílio Emergencial é um auxílio financeiro constituído, com prazo determinado e concedido aos discentes de graduação em casos excepcionais ou que apresentem extrema vulnerabilidade socioeconômica ou algum risco social, que por alguma questão recente ou emergencial não conseguem suprir despesas com sua permanência na instituição.

O Auxílio de Incentivo ao Esporte e lazer é destinado para contribuir com o pagamento de despesas com a aquisição e/ou locação de materiais e espaços adequados à prática esportiva, e com a locomoção dos discentes atletas vinculados aos cursos de graduação, colaborando para o desempenho pleno de sua formação acadêmica.

Nos termos da Portaria nº 389/MEC, de 9 de maio de 2013, o estudante tem a oportunidade de conseguir bolsa no Programa de Bolsa Permanência, ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas.

Ao ingressar na UFOPA pelo processo seletivo especial, os indígenas passam a receber auxílios do Programa de Bolsa Permanência, o recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício, atualmente o valor é de R\$900,00 para estudantes indígenas. E pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, que oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, para garantir a permanência de alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais.

Apesar da experiência de algumas universidades em relação às políticas de ações afirmativas, percebeu-se que para grande parte delas o ingresso dos indígenas aos seus cursos de graduação ainda representa um paradoxo. As contradições e dificuldades presentes nas políticas e estratégias delas para acesso e permanência dos indígenas no espaço universitário, a UFOPA também está presente nesse desafio, inicialmente buscando aperfeiçoar sua política de acesso diferenciado, mas ainda há um entrave referente à implementação de políticas de permanência para que possa se obter um número mais expressivo de discentes indígenas concluindo os cursos de graduação dentro dos prazos regimentais. A consolidação de propostas e instrumentos aspirando garantir a melhoria dessas políticas precisa ser enfrentada, poderá contribuir não só com as necessidades da UFOPA, como das demais instituições.

A presença de indígenas em instituições de ensino superior é resultado de uma árdua luta ao longo dos anos, apesar dos direitos garantidos pela Constituição, a presença deles precisa ser conquistada aos poucos por conta do preconceito existente no país com os povos indígenas. Apesar disso, a Ufopa garantiu desde a sua criação a chance do ingresso de grupos menos favorecidos, como negros, indígenas, pessoas com deficiência. Assim, os indígenas que são oriundos do município de Jacareacanga puderam ingressar na instituição apesar dos avanços e desafios encontrados.

Capítulo 5 - Avanços e Desafios dos Estudantes Indígenas da Ufopa Oriundos de Jacareacanga-Pa

Nesse capítulo será apresentando o município que servirá como objeto de pesquisa, por ser nesse mesmo que foi aplicado os questionários, por ter uma concentração significativa de estudantes de nível superior, que são ingressos e egressos na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Será apresentado um breve histórico do município, a população indígena, o mercado de trabalho que servirá de fundamentação para o próximo capítulo.

5.1 Histórico de Jacareacanga-PA.

O município de Jacareacanga fica localizado no sudoeste do estado do Pará, primeiramente foi reconhecido como distrito de Itaituba pela Lei nº 2460, de 29 de dezembro de 1961. Após mobilização popular dos moradores, insatisfeitos pelo não atendimento de suas necessidades básicas, resolvendo assim desmembrar-se do município de Itaituba, no final da década de 80 com a criação da Comissão Pró-Emancipação Política do Distrito Municipal de Jacareacanga, foi então elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 5691, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Itaituba. O município tem população estimada de 41.487 habitantes (IBGE, 2020).

Seu nome foi dado pelos indígenas que habitavam essa região, colocaram o nome do município, devido a observação do alto de uma elevação próxima a antiga vila, viram que ela possuía uma forma que lembrava um jacaré, tendo em seu dorso uma saliência semelhante a uma “canga”. Proveniente da língua tupi, a união dos termos îakaré (jacaré) e akanga (cabeça), formando "cabeça de jacaré", deu-se então o nome de Jacareacanga, o gentílico é jacareacanguenses. (BRASIL CHANNEL, 2019).

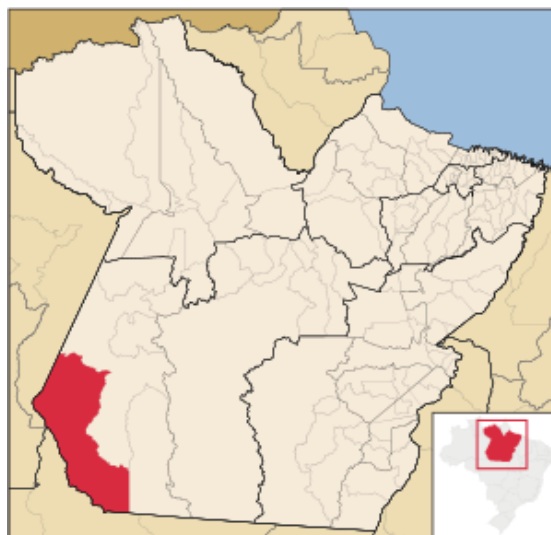
Um fator positivo que tornou Jacareacanga um município referência nessa região quanto às questões indígenas, foi a subida dos indígenas para o Alto Tapajós. Pela proximidade com as terras indígenas o município se tornou um local que abriga muitos Mundurukus e suas famílias, e é onde estes resolvem seus problemas de documentação, acesso a benefícios sociais e compras de produtos.

Essa região apresenta um destaque especial a partir da década de 50 (cinquenta) quando o então Presidente da República Getúlio Vargas, estabeleceu uma estratégia de ocupação, conhecida como “marcha para o oeste”, que visava consolidar a soberania nacional. Com a vinda de várias pessoas de outras regiões com o advento da rodovia transamazônica e da

atividade de mineração no fim da década de 50, causou um forte movimento migratório (FIGUEIRA, 2017).

A história do município é marcada pelo extrativismo mineral, especialmente do ouro. No final da década de 50, isso também marcou profundamente a região, com o início da garimpagem de ouro, provocando um forte movimento migratório, gerando uma ocupação desordenada e o estabelecimento de uma dependência econômica, vigente até os dias atuais. Todos os setores sociais tiveram ou ainda têm alguma influência na economia garimpeira. Até os indígenas não ficaram de lado, atualmente existe muita exploração de ouro ilegal na terra indígena pelos próprios indígenas.

Figura 1: Mapa de Localização de Jacareacanga no estado do Pará.



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Para_MesoMicroMunicip.svg

5.2 Povos Indígenas de Jacareacanga-PA.

Em 2016 a população estimada de indígenas era de 41.487 mil habitantes, distribuídos em uma área de 53.304,213 km², o número de habitantes dentro de Jacareacanga é de 14.103 habitantes por 0,3 km², os indígenas desta região estão divididos em 9 polos bases, 130 aldeias, 8 etnias e 1895 famílias. (DSEI Rio Tapajós/SIASI, 2019).

O povo Munduruku, denominado *wuyjuḡu* que significa Formiga Vermelha, está localizado em diversas áreas da região Amazônica, entre bacias do Rio Madeira, no Amazonas e em áreas do Rio Tapajós com seus afluentes, no estado do Pará e, também, em terras do povo Apiaká, próximo ao Mato Grosso, formando um território com grandes influências culturais (GOMES, 2006).

De acordo com os dados etnológicos apresentados pela FUNAI, os indígenas Munduruku da Região do Tapajós estão localizados em uma área conhecida como Terra Indígena Munduruku (TIM), que fica no Sudoeste do Estado do Pará, no Município de Jacareacanga, margem direita do rio Tapajós, fazendo limites a noroeste com a Terra Indígena Munduruku Sai-Cinza e a Sul-Sudeste com a Terra Indígena Kayabi (MELO; VILLANUEVA, 2008, p.19)

Os Mundurukus são um povo que traz uma tradição guerreira, uma das mais fortes nações indígenas de origem Tupi no Brasil que está mantendo sua cultura nativa, após mais de um século e meio de contato com a sociedade colonizadora não-indígena. Os indígenas lutam para não abandonarem a cultura que é passada de geração em geração pelos caciques das aldeias.

Os Mundurukus do Amazonas e do Mato Grosso, possuem modos de vida diferentes dos Mundurukus que vivem na região do Tapajós. De acordo com Gomes (2006) o território onde há mais índios Munduruku é o da região do Tapajós, no Pará. O Tapajós é um rio que tem sua nascente no estado do Mato Grosso, circunda parte do estado do Pará e deságua no rio Amazonas, ainda no estado do Pará, em frente à Santarém, município próximo de Belém, capital do estado. O nome do rio é originário e foi dado pela tribo indígena com o mesmo nome que vivem nas margens da beira do rio.

Conforme relatos mitológicos repassados por pajés, caciques e os anciões das aldeias, dizem que Karasokaybu (Deus Munduruku) criou os índios Munduruku na aldeia Wakopadi (árvore), localizada na área central perto da cachoeira do rio Krepori, os Munduruku são alegres, de força para a guerra, com a pele da cor de sangue, devido ao uso do urucum em suas pinturas, tão unidos quanto às formigas, capazes de mover rios e terras, percorrerem com facilidade o território, lutar contra os inimigos para proteger seu povo e manter sua cultura, sua identidade, sua língua.

Os indígenas desta etnia falam a língua Munduruku do tronco Tupi, estes por serem grandes conhecedores dos rios e matas da região onde habitam, se espalharam com facilidade nas matas, organizando-se em pequenos povoados, às margens de igarapés e rios, em uma vasta área. São donos da maior reserva florestal do mundo e a maior parte desse povo se encontra majoritariamente na Terra Indígena de mesmo nome e na Terra Indígena Sai Cinza próximo ao município de Jacareacanga no Estado do Pará (RAMOS, 2003).

São duas terras do povo Munduruku que ficam uma ao lado da outra: A Terra Indígena (T.I) Sai Cinza, demarcada no ano de 1991, que possui uma área de 126.000 hectares e a T.I Mundurukânia – demarcada no ano de 2004, que possui uma área de 2.382.000 hectares. A

região tem rios definidos pela população indígena como o rio Teles Pires , rio Anipiri, rio Tapajós, rio Cururu , Igarapé Wareri, Igarapé Parawadukti, rio Kadiriri, rio Kabitutu, rio das Tropas , rio Kaburuá, Igarapé Preto e Igarapé Maçaranduba.

Os índios Mundurukus são descritos como pessoas de testa baixa, caras largas, cabelos cortados quadrados, olhos negros, feições torneadas, nariz grande e pouco curvo, cabelos grossos e negros (HART, 1885). Os antigos indígenas desta etnia tingiam o corpo com tinta feita de jenipapo antes de irem para a guerra, eram conhecidos como cortadores de cabeça pelos seus inimigos. Esse gesto era considerado um troféu, quando matavam seus inimigos, eles arrancavam os dentes para fazerem colares e mumificavam as cabeças, mas essa prática foi extinta há muitos anos pelo povo Munduruku. Nos dias atuais, este povo aposta em estratégias nas suas ações e dentro da política para chamar atenção da população brasileira e mundial e de ameaças dos empreendimentos que impactam no meio ambiente e na cultura deste povo. Com tantas violações dos direitos, os Munduruku chegaram à conclusão que todos nós deveríamos nos unir contra os “grandes”.

A figura do homem é bem notável na cultura indígena, os Mundurukus organizam-se em uma sociedade patriarcal. Sendo assim, a descendência dos clãs é patrilinear, significa que os filhos herdam o clã do pai. Até os dias atuais, mantém a preservação dos clãs Vermelho e Branco, os pertencentes de um clã não podem casar-se com integrantes do mesmo clã (MUNDURUKU, 2019).

Os clãs Mundurukus são divididos em dois e têm seus significados na língua Munduruku e na língua portuguesa, esses dois clãs têm como papel realizar a organização tradicional destes povos de forma estruturada. Serão descritos a seguir o clã vermelho e o clã branco, respectivamente. Dentro do CLÃ VERMELHO estão: Karo- Arara Vermelha; Kaba-Gaviãozinho; Waro- Muuba do Igapó; Saw- Sauva da Noite; Witõ-Passarinho Mutõ; Oyoy-Caba Tapui; Yori-Cigarra; Koro-Coroca e, Kerepo-Japu. E no CLÃ BRANCO estão: Kirixi ou Krix-tipo de árvore frondosa; Borõ-Arvore algodoeira; Parawa-Arara Amarela; Mu’o-Rã; Tawé-Macaco prego; Akay-Arvore taperebá; Yoto-Arvore tipo goiaba; Iporo-Gato maracajá e, Dacê-Gavião real (SEMAI in. MUNDURUKU, 2019).

O povo Munduruku possui Cacique Geral, Capitão, Pajé, Guerreiros, Mulheres e, também diretores, professores e/ou responsáveis das escolas que fazem parte da hierarquia dentro dos aspectos da organização social dos Mundurukus nas aldeias que funciona de maneira bem determinada. O Cacique Geral é o chefe do povo indígena, é a pessoa que organiza e orienta o povo indígena do qual ele pertence. O Capitão é quem comanda as ações das aldeias, organiza a parte burocrática se houver expediente para isso, recebe os visitantes, organiza os eventos

junto com os demais membros da comunidade e resolve alguma situação de conflito. O Pajé é o responsável pela cura das doenças e pestes da aldeia, faz rituais e orações de cura, afasta os espíritos maus que ameaçam tirar a paz dos aldeados. Os guerreiros são os braços do Capitão na Aldeia, responsáveis por manter a organização da aldeia, ajudando no gerenciamento dos conflitos que ocorrerem, dentro ou fora da aldeia. As Mulheres Mundurukus são as responsáveis pela produção de alimentos, da casa, da educação dos filhos e outras coisas. O Diretor ou Professor são muito respeitados pelos moradores da comunidade por serem os transmissores de conhecimento ao indígena.

As relações sociais dos indígenas em contato com outros grupos sociais, não-indígenas, com outra cultura, outra língua, pode acabar modificando a estrutura tradicional dos indígenas. A divisão social vem sendo modificada nas aldeias, por conta da migração dos Mundurukus das aldeias, QUE acaba provocando fortes mudanças nos padrões de subsistência.

Com o passar dos anos a maneira como esses povos lutam pelos direitos mudou abruptamente, eles passaram a “cortar cabeças” de inimigos através do diálogo, as disputas que estão em jogo são por território, saúde, educação, autopreservação linguística, social e cultural. A luta atualmente é através do conhecimento, os indígenas buscando melhorias assim com o homem não-indígena, através dos estudos.

5.3 Mercado de Trabalho para Indígenas de Jacareacanga-PA.

A economia do município de Jacareacanga está basicamente pautada na gestão pública da Prefeitura, na extração de minério nos garimpos e no comércio local. Os indígenas Mundurukus da região tem como meio de subsistência, a agricultura familiar, o artesanato, a caça e a pesca. Os homens, as mulheres e as crianças são responsáveis pela produção dos alimentos para o consumo diário.

Há alguns anos havia atividades que eram praticadas por homens indígenas dentro e/ou fora da aldeia, que não poderiam ser realizadas por mulheres indígenas. Mas, atualmente essa realidade vem sendo modificada, as mulheres passaram por um processo de desconstrução, pois sofriam discriminação até do seu próprio povo para ocupar seu espaço. Essa barreira foi ultrapassada em certo grau, com a prática de atividades importantes para a subsistência de sua família, como o artesanato e a agricultura realizada especialmente pelas mulheres.

A sua primeira grande atividade econômica local foi a borracha, por volta de 1930 outros ciclos econômicos vieram como o ouro e a madeira. No entanto, nenhum deles significou um desenvolvimento estável e duradouro. Até os dias atuais, observa-se nesse local uma parcela

significativa da mão-de-obra local voltada para atividades primárias, com predominância daquelas ligadas à extração do ouro nos garimpos.

A estrutura da divisão da organização do trabalho em Jacareacanga não é diferente de outras Administrações Públicas, cada departamento que foi criado tem uma função e objetivo de trabalho dentro da gestão do município

Segundo Benini et. al (2011) naturalmente uma organização implica, necessariamente, coordenação e articulação, buscando envolver e orientar suas partes ou elementos constitutivos numa mesma direção e sentido, com isso criando esforços simultâneos e força coletiva.

Dentro da Prefeitura os setores estão subdivididos nos seguintes departamentos e seus respectivos responsáveis para a gestão de (2021 – 2024): o Gabinete do prefeito com Sebastião Aurivaldo Pereira Silva; o Gabinete do Vice Prefeito com Valmar Kaba Munduruku; o Chefe de Gabinete com Waldelirio Manhuary; a Secretaria Municipal de Administração e Finanças com Suzy Stephan Amorim de Souza; a Secretaria Municipal de Agricultura e Mineração com Mike Kirixi Munduruku; a Secretaria Municipal de Assistência Social com Edriane Oliveira da Silva; a Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas com Rosalete Akay Munduruku; a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com Dionei Pereira de Araújo; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo com Fabricia Pamplona; a Secretaria Municipal de Planejamento com Maurício Machado de Araújo; a Secretaria Municipal de Saúde com Alan Marcelo Simon e a Secretaria Municipal de Urbanização, Transporte e Serviços Públicos com Luciano Silva Quadro.

O atual gestor municipal é o Sebastião Aurivaldo Pereira Silva, que deu início a sétima administração em 2021 com 61,92% pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), junto Valmar Kaba Munduruku liderança influente entre os indígenas, e é atual vice-prefeito de Jacareacanga.

Tendo em vista que, segundo uma considerável análise de importantes pesquisadores (Demo, 2006; Motta, 1986), a Administração Pública no Brasil ainda é estruturada por uma lógica patrimonialista, advogamos que o principal determinante deste tipo de gestão pública reside principalmente na dinâmica dos “cargos de confiança de governo” – também conhecidos como “cargos de livre provimento” – que abrangem quase a totalidade dos cargos de direção nas múltiplas organizações estatais e determinam decisivamente a natureza das ações do aparelho estatal.

Capítulo 6 – Resultados E Discussão

A pesquisa teve como principal objetivo identificar os avanços e os desafios da educação superior indígena no contexto da UFOPA e as perspectivas futuras dos acadêmicos egressos oriundos do município de Jacareacanga a partir de sua formação profissional acadêmica. A trajetória dos indígenas Mundurucus entrevistados são marcadas pelas expectativas em relação a seu papel diante da sociedade após a conclusão da graduação na instituição.

Em parte, as ações da pesquisa foram desenvolvidas em relação entre os sujeitos pesquisados e o sujeito pesquisador. Mesmo no processo de construção e interação através da plataforma digital, o pesquisador focalizou em um elo que ligasse os objetivos da pesquisa ao sujeito pesquisado.

São discentes indígenas que ultrapassaram obstáculos no meio acadêmico e urbano sem esquecer a sua cultura, crença e língua, buscou-se responder quais os avanços e desafios da educação superior indígena e a possível contribuição com a sua aldeia de origem após a conclusão da graduação. Os resultados da pesquisa foram tabulados com base na avaliação dos questionários respondidos pelo aplicativo Google Forms, os quais estão apresentados através de quadros para melhorar a visualização e compreensão dos dados.

Foram escolhidos como participantes da pesquisa, alunos indígenas oriundos de Jacareacanga-Pará, que são egressos ou ingressos na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). São 03 (três) indígenas, que seus nomes serão identificados através de siglas em ordem alfabética: DKM, TKM e VSM para que suas identidades sejam mantidas em sigilo. Todos os participantes responderam ao questionário online.

Na tabela abaixo, estão detalhes de como os alunos estão descritos para manterem o anonimato. Usou-se siglas que identificam o curso de graduação, para que não incorra no risco de usar algum nome de outras pessoas não participantes.

Quadro 3 - Perfil dos colaboradores

| Identificação | Idade | Estado Civil | Sexo | Curso de Graduação |
|---------------|-------|---------------|------|---------------------|
| DKM – 1 | 28 | Solteiro | M | EP |
| TKM – 2 | 30 | União Estável | F | Gestão Pública |
| VSM – 3 | 24 | Solteira | F | Gestão Pública |
| SWS – 4 | 23 | Solteira | F | Direito |
| MKM – 5 | 20 | Solteiro | M | Agronomia |
| KSP – 6 | 22 | Solteira | F | Arqueologia |
| AKM – 7 | 27 | Solteiro | M | Direito |
| GGs – 8 | 20 | Solteira | F | Ciências Biológicas |

Fonte: Elaborado pela autora (2021), de acordo com dados dos questionários.

Vale ressaltar que dentro da aldeia na sociedade Munduruku, homens e mulheres desempenham papéis diferentes, mas no ambiente urbano, passam a conviver de acordo com a realidade dos não-indígenas. No decorrer desta pesquisa, houve a inserção dos dados e suas respectivas análises, de acordo com as questões teóricas que foram abordadas. Serão tratadas questões que envolvem o processo dos indígenas oriundos de Jacareacanga que concluíram a graduação na UFOPA, em suas atividades profissionais, através dos dados obtidos pelo questionário online que foi aplicado e relacionando com a teoria abordada.

A partir dos resultados dos questionários demonstra-se que os ex-alunos da UFOPA estão satisfeitos com o seu curso de graduação e desempenhando o seu papel na sociedade civil, através do trabalho em suas respectivas áreas de atuação, suas funções são muito importantes para a vida pessoal e sua organização tradicional. Acredito que para muitos outros jovens indígenas, essas pessoas que conseguiram ingressar em uma Universidade Federal, concluir o curso e conseguir espaço no mercado de trabalho, são exemplos para muitos outros indígenas, que através da sua coragem e força, nunca desistiram do seu objetivo final na graduação, que era adquirir conhecimento e conseguir o diploma universitário.

6.1 Entrevista 1

O entrevistado DKM – 1, tem 28 anos e é solteiro. É formado em Engenharia de Pesca, concluiu o curso em 5 (cinco) anos, tem como idiomas fluentes o português e a língua Munduruku, residia na zona urbana antes de ingressar na UFOPA, mora em Jacareacanga atualmente, não participa de nenhum movimento social ou partidário e exerce atividade remunerada em Jacareacanga.

DKM - 1, sobre quais as dificuldades encontradas durante o curso, disse “Eu particularmente não tive dificuldade durante a minha vida acadêmica”. Em seguida, o que o motivou a cursar uma graduação e o seu curso escolhido? “Um dos motivos que me levou a escolher este curso, foi devido à falta de profissional capacitado nesta área no município em que eu moro, vi o quanto é importante esta profissão, principalmente para nós povos indígenas que temos como a principal fonte de alimento o peixe, que atualmente está ficando cada vez mais escasso em terras indígenas, por vários fatores, como por exemplo, garimpo em terras indígenas que causa impactos diretos nos leitos dos rios e igarapés, além de contaminação dos peixes por mercúrio que prejudica a saúde dos moradores que consomem o peixe dessa região.”

Quando DKM – 1, foi questionado sobre receber apoio ou críticas de sua família e/ou do seu povo ao cursar uma graduação? Ele respondeu que “Sempre tive o total apoio dos meus familiares, para que eu pudesse cursar uma graduação”

No questionário foi perguntado na opinião do entrevistado, quais as políticas públicas e ações ainda precisam ser implementadas ou aperfeiçoadas para que mais indígenas possam ter acesso ao ensino superior? DKM -1, respondeu: “Eu acredito que uma casa de apoio para hospedar estudante indígenas, que muitas das vezes saem de suas aldeias ou cidades de origem para estudar em outras cidades e acabam não tendo onde se hospedar, e isso faz com os mesmos desistam de cursar o curso escolhido. Além disto, seria interessante que as casas de apoio tivessem um tutor para orienta-los, já que o ambiente que passaram a viver é totalmente diferente dos que viviam em seus lugares de origem”.

E por último, mas não menos importante foi perguntado, quais as perspectivas futuras em relação à sua vida profissional após a sua formação em nível superior? Ele respondeu: “As minhas perspectivas são das melhores possíveis, quero atuar no mercado de trabalho, exercer a minha função, por em prática todos os meus conhecimentos adquiridos durante a minha vida acadêmica, ser um excelente funcionário, onde eu posso não apenas somar, mais sim multiplicar, fazendo com que o público alvo se sinta orgulhoso e privilegiado, e com isso, ter uma vida estável”.

6.2 Entrevista 2

A entrevistada TKM – 2, tem 30 anos e está em uma união estável. É formada em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, concluiu o curso em 4 anos, tem como idioma fluente a língua materna Munduruku, residia na zona urbana antes de ingressar na UFOPA, mora em Jacareacanga atualmente, não participa de nenhum movimento social ou partidário exerce atividade remunerada.

TKM - 2, sobre quais as dificuldades encontradas durante o curso, disse “Elaborar os trabalhos e entender as palavras técnicas”. Foi abordado o que motivou a cursar uma graduação e a escolha do curso? A resposta da entrevistada foi: “Adquirir conhecimento pessoal e profissional”.

Quando TKM -2 foi questionada sobre receber apoio ou críticas de sua família e/ou do seu povo ao cursar uma graduação? Ela respondeu que “Apoio total de toda minha família”.

No questionário foi perguntado na opinião da entrevistada, quais as políticas públicas e ações ainda precisam ser implementadas ou aperfeiçoadas para que mais indígenas possam ter acesso ao ensino superior? TKM - 2, respondeu: “Na minha opinião, vejo que a cada ano a universidade está se aperfeiçoando aos poucos para receber os indígenas. As políticas públicas para os indígenas estão sendo desenvolvidas e aplicadas dentro da universidade para que o indígena consiga ingressar e se formar.”.

E por último, mas não menos importante foi perguntado, quais as perspectivas futuras em relação à sua vida profissional após a sua formação em nível superior? Ela respondeu: “Crescimento profissional e conquistar as metas”.

6.3 Entrevista 3

VSM – 3, tem 24 anos e é solteira. É formada em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, concluiu o curso em 5 (cinco) anos, tem como idioma fluente o português, residia na zona urbana antes de ingressar na UFOPA, mora em Santarém atualmente, participa do Movimento Indígena Nacional e local com a Associação de mulheres indígenas Suraras do Tapajós e exerce atividade remunerada em Alter-do-Chão.

VSM - 3, sobre quais as dificuldades encontradas durante o curso, disse “As dificuldades encontradas logo de cara se deu quando mudei para Santarém, onde não conhecia nada e nem ninguém e tive que me adaptar em uma realidade totalmente diferente da qual eu vivia, longe da família, o que prejudicou diretamente no meu desempenho dentro da academia. Outros problemas encontrados indiretamente, foi o financeiro até começar a receber os auxílios estudantis e a saúde mental que também foi afetada, até começar a entender todo o universo acadêmico.”. Em seguida, o que a motivou a cursar uma graduação e o seu curso escolhido? “Sou a primeira pessoa da minha família a cursar o ensino superior e sempre quem me motivou a foi a minha mãe, que aprendeu a ler e a escrever em casa, sempre disse pra eu nunca desistir dos meus estudos, além de sempre ter sido assistida por programas e políticas públicas, isso me motivou na escolha do curso pra conhecer e entender melhor esse lado das políticas e sua importância para a sociedade”.

Quando VSM – 3, foi questionada sobre receber apoio ou críticas de sua família e/ou do seu povo ao cursar uma graduação? Ela respondeu que “embora ainda haja poucas Mulheres indígenas no ensino superior, sempre tive apoio da minha família e do meu povo para a graduação”.

No questionário foi perguntado na opinião da entrevistada, quais as políticas públicas e ações ainda precisam ser implementadas ou aperfeiçoadas para que mais indígenas possam ter acesso ao ensino superior? VSM, respondeu: “uma das principais ações que ainda precisa ser feita dentro da UFOPA e que vai beneficiar diretamente as mulheres indígenas que são mães, são as Creches Universitárias, na qual essas mulheres poderão deixar seus filhos enquanto estão em aulas ou parte delas, incentivando e melhorando o desempenho dessas acadêmicas. Além da implementação de Processos Seletivos Especiais para Indígenas em todas as Instituições de ensino superior. E a garantia do Programa Bolsa Permanência para os indígenas e quilombolas que é de grande importância para a permanência desses alunos nas universidades, mas que sofrem ameaças de perderem esse direito todos os anos”.

E por último, mas não menos importante foi perguntado, quais as perspectivas futuras em relação à sua vida profissional após a sua formação em nível superior? Ela respondeu: “Me especializar e atuar na área de formação, no mercado de trabalho, e também ajudar meu povo e o movimento em que faço parte com todo conhecimento adquirido ao longo da minha formação acadêmica”.

Com o acesso aos dados da pesquisa, pode-se perceber que a quantidade de indígenas oriundos de Jacareacanga que concluíram algum curso de graduação na UFOPA no período de 2013-2020, foram 7 (sete) pessoas, mas só foi possível entrar em contato com 3 (três) destas pessoas que estavam dentro dos critérios para a pesquisa.

Com esses entrevistados pode-se perceber que todos já viviam na zona urbana antes de ingressarem na instituição, mas apesar de já estarem acostumados com a cultura dos não-indígenas, enfrentaram algumas dificuldades dentro da instituição, como na elaboração de trabalhos, dificuldade com as palavras técnicas, entrar em uma realidade totalmente diferente das que já estavam acostumados, acaba influenciando no desempenho acadêmico dos discentes, tem também a parte financeira, que até começarem a receber o auxílio da Bolsa Permanência ficam à mercê da ajuda de familiares e amigos.

6.4 Entrevista 4

SWS – 4, têm 23 anos, é do sexo feminino, solteira, residia na zona urbana do município de Jacareacanga – PA. Conclui o ensino médio no município de Jacareacanga, e atualmente reside em Santarém, e está cursando a graduação de bacharelado em direito. Vale ressaltar que SWS, já havia tentado o ingresso para a universidade, e na segunda tentativa obteve êxito.

O curso que a mesma está estudando, era a sua primeira opção por já ter interesse no mesmo desde o ensino médio. No caso de não conseguir ingressar no curso de direito a mesma teria como alternativa o campo de exatas, como engenharia florestal e engenharia civil. Dos desafios encontrados, o que a entrevistada ressaltou foi, a dificuldade para ter acesso a internet com qualidade; dificuldade com alguns arquivos bibliográficos.

Um dos pontos interessantes que SWS, é a representatividade com mais assiduidade de lideranças das populações tradicionais, para que possa se estabelecer uma comunicação maior com a reitoria, tendo em vista a vulnerabilidade das comunidades. Consolidando assim as políticas afirmativas dessas populações.

6.5 Entrevista 5

MKM – 20 anos, do sexo masculino, solteiro, morador da área urbana do município de Jacareacanga-PA, concluiu o ensino médio em Jacareacanga, atualmente reside em Jacareacanga, está cursando o curso de Agronomia. Não havia tentado ingressar em instituições de ensino superior.

Das diversidades encontradas, o mesmo citou o excesso de disciplinas, pouco arquivo bibliográfico disponível para acesso aos estudantes do curso, e a dificuldade de encaixar/conciliar as aulas com o período de estágio, e o período do mesmo ser curto.

Das soluções que poderiam ser realizadas, esse desejaria que estratégias fossem elaboradas para que o as problemáticas tivessem uma saída, no que diz respeito às políticas públicas de ações afirmativas essas precisam avançar, em decorrência da dinâmica social que tem avançado.

6.6 Entrevista 6

KSP – 22 anos, do sexo feminino, solteira, residente da área urbana do município de Itaituba-PA, atualmente reside em Itaituba, devido ao ensino está ocorrendo de maneira remota, dada as circunstâncias ocasionadas pela pandemia de covid-19, ao qual todos foram submetidos. A mesma já havia feito a tentativa de ingressar uma instituição de ensino superior particular, e realizado três outras tentativas para Ufopa.

Atualmente cursa Arqueologia na Ufopa, mas não era seu objetivo, pois sua primeira opção era o curso de direito, entretanto, com o passar do tempo encontrou-se no curso de arqueologia, se projetando para a conclusão do curso, e carreira profissional.

Dos grandes entraves encontrados, uma conexão de internet com qualidade, por entender que devido o ensino ser de maneira remota deveria dar acesso ao mesmo, e um monitoramento maior das atividades acadêmicas que estão sendo realizadas de maneira remota.

Pontos que poderiam melhorar, internet com maior qualidade. Quanto a políticas de ações afirmativas, a mesma destaca a importância e necessidade, para assegurar os direitos e atender as demandas que contemplam o público alvo.

6.7 Entrevista 7

AKM – 27 anos, do sexo masculino, solteiro, alternava entre a aldeia e a zona urbana da cidade, precisou mudar para Santarém-PA, em decorrência do ingresso no curso de direito. O mesmo já havia feito tentativas de ingresso em outra universidade pública. Das tentativas realizadas para ingressar na Ufopa, o mesmo participou de dois processos seletivos conseguindo ingressar no segundo.

Das possibilidades de cursos, o que o mesmo está cursando atualmente era o desejado, entretanto se não fosse possível as outras alternativas seriam Engenharia civil, pedagogia ou letras. Quanto as dificuldades, o mesmo destaca o manuseio de plataformas digitais, devido a mudança repentina, e o acesso a internet de qualidade.

Das sugestões de melhorias, o mesmo aponta o desejo de cursos nas áreas da saúde tendo em vista a necessidade coletiva, de indígenas e não indígenas, que tem caráter de urgência. No que tange as políticas de ações afirmativas o mesmo acha que é positivo, porém a mesma deve avançar de acordo com as dinâmicas.

6.8 Entrevista 8

GGs – 20 anos, do sexo feminino, solteira, reside dia na zona urbana de Jacareacanga-PA, onde ainda reside, e concluiu o ensino médio. Atualmente cursa Ciências Biológicas, não havia feito a tentativa de ingressar em instituições de ensino superior. Tendo feito apenas uma tentativa para a Ufopa.

O curso era o desejado, mas tinha o curso de Ciência e Tecnologia das Águas ou farmácia, caso não obtivesse êxito no curso que está estudando. Quanto a dificuldade a mesma destaca: conteúdos ministrados, e participação de orientadores, pontos que podem ser melhorados é a relação docente e discente para que a didática seja mais flexível sendo acessível a todos.

Quanto as políticas de ações afirmativas, a mesma destaca importância dessa para as populações em decorrência da seguridade de direitos dessas, e a oportunidade oriunda dessa para o acesso à educação no nível superior.

Capítulo 6 – Considerações Finais

Os entraves para ingressar em um nível superior, faz com que para populações tradicionais esses processos seletivos ocorram de forma diferente, haja vista as peculiaridades que pré-existent, das quais podemos destacar é acesso à educação básica de qualidade, informações que hoje tem como principal fonte a internet, e o manuseio de tecnologia que possibilite o acesso mesmo que de forma remota.

Com isso, temos uma universidade no interior da Amazônia que possibilita o acesso de populações tradicionais, através de processo seletivo específico assegurando que o mesmo dada as suas condições tenha uma possibilidade maior de ingressar, e a instituição se destaca por ter uma política de ações afirmativas que asseguram, dentro da sua oferta de vagas uma parcela para populações tradicionais.

Dessa forma, chegamos aos egressos e ingressos que participaram dessa pesquisa, que pode chegar a alguns resultados como: a maioria dos entrevistados são solteiros, está dentro da faixa etária de 20 a 30 anos, dos quais a sua grande maioria é mulher. Das dificuldades, o maior é sobre o acesso à internet, que é algo corriqueiro da região, quanto as melhorias flexibilidade das dinâmicas de aulas, e um acesso maior acervo para pesquisa.

Quanto as políticas de ações afirmativas, foi unanime o reconhecimento da importância desta, e que a mesma requer um avanço, por entenderem que dada a complexidade das dinâmicas sociais essas políticas devem acompanhar essas transformações.

REFERÊNCIAS

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação Superior: políticas públicas para inclusão social. 2009.

BRASIL. Portaria/ LEI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 21 maio de 2021.

CALEFFI, Paula. " O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Diálogos Latino americanos**, n. 7, p. 20-42, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. SEGATO, Rita Laura. **PLANO DE METAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL, ÉTNICA E RACIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>. Acesso, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DE CASTRO FREITAS, Ana Elisa; HARDER, Eduardo. Entre a equidade e a assimetria de poder: uma análise da implementação de políticas afirmativas de educação superior indígena no Brasil. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 62-87, 2013.

DE CASTRO FREITAS, Ana Elisa; HARDER, Eduardo. Entre a equidade e a assimetria de poder: uma análise da implementação de políticas afirmativas de educação superior indígena no Brasil. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 62-87, 2013. *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / Édi Benini...[et.al] (organizadores).*-- 1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011. 480 p. : il., tabs.

Figueira, R. M. C. **A Situação Sociolinguística e o Ensino de Língua Portuguesa em Contexto Indígena Munduruku na Região do Médio/Alto Tapajós - Pará** /. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

HARTT, C. F. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. Arquivos do Museu Nacional. Volume VI. 1885. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/hartt_1885_contribuicoes. Acessado: 12 de junho de 2015.

IBGE EDUCA JOVENS. Conheça o Brasil – população indígena. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Educação Escolar Indígena. 21 de fevereiro. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/educacao-escolar-indigena/da-funai-para-o-mec> > Acesso em 8 de ago. de 2017.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELO, J.; VILLANUEVA, R. E. (Orgs.). Levantamento Etnoecológico Munduruku: Terra Indígena Munduruku. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. 194p. Fundação Nacional do Índio; Projeto Integrado de Proteção as Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal; Cooperação Técnica Alemã – DEUTSCHE Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/>. Acesso em: 11 de novembro de 2018..

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROLIND. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prolind> Acesso, 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002. AÇÃO AFIRMATIVA: HISTÓRIA E DEBATES NO BRASIL.

MUNDURUKU, T. K. MULHER INDÍGENA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: UM OLHAR DA ATUAÇÃO FEMININA EM JACAREACANGA-PA, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. 2019

OLIVEIRA, Assis da Costa; FELIPE, Jane; DOMINGUES, William César Lopes. Educação superior indígena no Brasil. História e diversidade. In Revista Lusófona de Educação. [Recurso eletrônico] Vol. 6, n. 1 (2015) 232).

OLIVEN, Arabela Campos; BATISTA, Bernadete da Silva Ribeiro; MARTINS, Carlos Benedito; NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SCHWARTZMANN, Denise Leite Jacques; COSTAS, José Manuel Moran; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; TRIGUEIRO, Michelangelo. A Educação Superior no Brasil. In Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas, 2002.

Paidéia, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 4, Fev/Jul,1993. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO Paulo Rennes MARÇAL RIBEIRO.

PAINEL 5 LEGISLAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Luís Donisete Benzi Grupioni Darci Secchi Vilmar Guarani PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira Os indígenas e o ensino superior na Amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010-2015). – Santarém, 2018. 249 fls. il. Inclui bibliografias.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI/Ufopa – 2012-2016). Disponível em: www.ufopa.edu.br/. Acesso: 2019.

PLANO DECENAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL DA UFOPA. Disponível em: <http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/noticias/2017/junho/consepe-aprova-politica-de-acoes-afirmativas-e-promocao-da-igualdade-etnico-racial-da-ufopa>. Acesso: 2019.

RAMOS, A. Munduruku. Portal ISA. Novembro de 2003. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>. Acessado em março de 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes; MANCEBO, D. (Org.). Universidade: políticas e avaliação docente. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2016, p. 20-45.

UEMAS. UEMS reúne pela primeira vez egressos indígenas em evento. Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-reune-pela-primeira-vez-egressos-indigenas-em-evento-120831>. Acesso, 2019

UEMS. UEMS forma indígenas em mais de quinze cursos em 2018. Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-forma-indigenas-em-mais-de-dez-cursos-em-2018-124710>. Acesso, 2019.

UFOPA. **Lei de Criação**. 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/lei-de-criacao/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UFOPA. **Missão e Visão de Futuro**. 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/missao-e-visao-de-futuro/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UFRR. Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Disponível em: http://ufr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=268. Acesso em 2019.

UFRR. Licenciatura Intercultural. Disponível em: http://ufr.br/licinter/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=346. Acesso em 2019.

UnB NOTÍCIAS. Acesso 2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos><https://noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>

APENDICÊ A



Universidade Federal Do Oeste Do Pará - UFOPA
Instituto das Ciências da Sociedade - ICS
Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional - PCEDR
Trabalho de Conclusão de Curso
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado "AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: UM OLHAR ATENTO SOBRE OS INDÍGENAS DA UFOPA ORIUNDOS DE JACAREACANGA-PA" desenvolvida (o) por Larissa da Silva Carvalho. Fui informado (a), ainda de que a pesquisa é orientada por Socorro, a que poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (93) 99113-6172 ou e-mail socorrogama@gmail.com

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais visa descrever quais os principais avanços e desafios vivenciados por acadêmicos indígenas da UFOPA oriundos de Jacareacanga e suas perspectivas futuras de contribuição para suas comunidades de origem.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de preenchimento de questionário estruturado via plataforma Google Forms para posterior análise, a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(a)/coordenador(es).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/pesquisa/programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Santarém-Pará, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APÊNDICE B

AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: UM OLHAR SOBRE OS INDÍGENAS DA UFOPA ORIUNDOS DE JACAREACANGA-PA.

***Obrigatório**

Pergunta sem título *

Eu li o "TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO" e aceito participar da pesquisa.

2. SEXO

MASCULINO

FEMININO

3. ESTADO CIVIL

SOLTEIRO (A)

CASADO (A)

UNIÃO ESTÁVEL

DIVORCIADO

OUTROS

4. IDIOMA FLUENTE

PORTUGUÊS

LÍNGUA MATERNA (MUNDURUKU)

PORTUGUÊS E LÍNGUA MATERNA (MUNDURUKU)

5. ONDE RESIDIA ANTES DE INGRESSAR NA UFOPA?

ZONA URBANA

ALDEIA

OUTROS

6. RESIDE ONDE ATUALMENTE?

Sua resposta _____

7. QUAL O CURSO EM QUE SE GRADUOU?

Sua resposta _____

8. CONCLUIU O CURSO EM QUANTOS ANOS?

Sua resposta _____

9. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL OU PARTIDÁRIO?

Sua resposta _____

11. QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O CURSO?

Sua resposta _____

12. O QUE O MOTIVOU A CURSAR UMA GRADUAÇÃO E O SEU CURSO ESCOLHIDO?

Sua resposta _____

Sua resposta _____

14. NA SUA OPINIÃO, QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AINDA PRECISAM SER IMPLEMENTADAS OU APERFEIÇADAS PARA QUE MAIS INDÍGENAS POSSAM TER ACESSO AO ENSINO SUPERIOR?

Sua resposta _____

15. QUAIS SUAS PERSPECTIVAS FUTURAS EM RELAÇÃO À SUA VIDA PROFISSIONAL APÓS A SUA FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR?

Sua resposta _____

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

